

JULIA JACIELLE MACIEL SOUZA

**TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS: UMA FERRAMENTA PARA A
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL**

Rosana

2026

JULIA JACIELLE MACIEL SOUZA

TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS: UMA FERRAMENTA PARA A
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Turismo da Faculdade de
Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Prof. Dra. Patrícia Denkewicz

Rosana

2026

S729t

Souza, Julia Jacielle Maciel

Turismo de observação de cetáceos: uma ferramenta para a sensibilização ambiental / Julia Jacielle Maciel Souza. -- Rosana, 2026
85 p. : il., tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e
Ciências, Rosana

Orientadora: Patrícia Denkewicz

1. Cetáceo. 2. Turismo de observação da vida marinha. 3.
Sensibilização. 4. Natureza. 5. educação ambiental. I. Título.

JULIA JACIELLE MACIEL SOUZA

TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS: UMA FERRAMENTA PARA A
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Rosana, 22 de junho de 2026.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dra. Patrícia Denkwicz. UNESP, Câmpus de Rosana/FEC

Membro Titular: Prof. Dr. Rafael Henrique Teixeira da Silva UNESP, Câmpus de Rosana/FEC

Membro Titular: Prof. Dra. Savanna da Rosa Ramos UNESP, Câmpus de Rosana/FEC

A Deus, por ser farol e sustento na caminhada; à minha mãe Vaneide e à tia Cleusa, que semearam com força e coragem o sonho da educação; ao ensino público e a cada professor(a) que fez florescer o meu saber.

AGRADECIMENTOS

Concluir uma graduação não é nada fácil, é uma jornada repleta de desafios, renúncias e aprendizados. Por isso, alcançar esse feito não é apenas uma conquista individual, mas sim coletiva. É o resultado do apoio, do carinho e da força de todos que estiveram ao meu lado ao longo desse caminho. Esta conquista é, verdadeiramente, nossa.

Agradeço profundamente à minha família, especialmente à minha mãe, minha tia e minha irmã Ivana, pelo apoio incondicional. Em cada momento de desânimo, vocês me incentivaram a continuar e lutar pelos meus sonhos. Sem vocês, esse percurso teria sido ainda mais difícil.

Também deixo meu sincero agradecimento ao Bruno Costa, por todo o apoio e ajuda nos processos acadêmicos da Unesp de Rosana. Seu incentivo constante, sua paciência e disposição em me auxiliar foram fundamentais para que eu compreendesse meus direitos e deveres na instituição.

Sou imensamente grata ao José Gustavo (London), que vivenciou a Unesp Rosana desde o primeiro dia que cheguei ao município e os últimos dias escrevendo esse TCC. Levarei nossa amizade, viagens, ensinamentos e lealdade para sempre. A sua amizade fez com que Rosana e minha vida tivesse mais cor!

Agradeço de coração a todas as repúblicas que me acolheram durante todo esse período, especificamente aos membros das seguintes repúblicas: Repzona, Toca do Coyote, Rep Convento e RepCasinha. Levo todos os momentos comigo para sempre!

Ademais, agradeço a todos os meus amigos, em especial Julia Pedrosa, Thainara Damascena, Eduardo Marques, Jackline Nascimento, Nathalia Gomes, Ana Luiza, Gloria Geovana, Fausi Kalaoum, Pedro (Anitta), Maria Luiza Belotto, Caroline Reis, Vitoria Oliveira, Julia Paluna, Joyce Oliveira, Matheus Andrade (Beijola) e a todos amigos e colegas que contei com o apoio, risadas, surtos e diversas experiencias até chegar à conclusão do curso.

Por fim, expresso minha sincera gratidão a todos os professores do ensino básico a universitário que fizeram parte da minha trajetória até chegar aqui. Agradeço especialmente aos docentes do curso de Turismo por todos os ensinamentos compartilhados ao longo dessa caminhada, em especial à minha orientadora Prof.^a Dra. Patrícia Denkewicz, ao Prof. Dr. Fausi Kalaoum, ao Prof. Dr. Rafael Henrique e à Prof.^a Dra. Juliana Pimentel, por confiarem no meu potencial e por me orientarem nos momentos em que a incerteza habitava meus pensamentos.



“Trazer a natureza para a sala de aula pode despertar fascínio e paixão pela diversidade da vida na Terra e motivar um senso de responsabilidade para protegê-la.” - David Attenborough

RESUMO

O turismo de observação de cetáceos vem crescendo no Brasil e tem se mostrado um importante aliado da conservação da vida marinha, em especial dos cetáceos. Com o avanço dessas atividades no segmento turístico, verifica-se a necessidade de compreendê-las também como um possível instrumento de educação ambiental, com foco na sensibilização dos indivíduos. Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso buscou investigar se o turismo de observação de cetáceos pode constituir-se como instrumento de sensibilização ambiental, de modo a impactar positivamente os participantes da atividade e contribuir para a construção de novos hábitos voltados à conservação ambiental. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem quanti-qualitativa, por meio da aplicação de questionários online, encaminhados a instituições educacionais e ambientais, empresas turísticas voltadas à observação de cetáceos e bem como a divulgação em grupos de turismo em áreas naturais e ecoturismo. Para a análise dos dados, utilizaram-se gráficos dos tipos coluna e pizza, com vistas à interpretação dos resultados numéricos obtidos na pesquisa, além da elaboração de nuvens de palavras, a fim de compreender os possíveis impactos que a experiência de avistamento pode provocar nos turistas. Conclui-se que o turismo de observação de cetáceos, quando realizado de maneira estruturada e responsável, apresenta potencial para atuar como instrumento de sensibilização ambiental, fortalecendo a conexão entre os indivíduos e o ambiente natural e contribuindo para o desenvolvimento de comportamentos mais responsáveis em relação à conservação dos ecossistemas marinhos.

Palavras-chave: Cetáceo. Turismo de observação da vida marinha. Sensibilização. Natureza.

ABSTRACT

Cetacean watching tourism has been growing in Brazil and has proven to be an important ally in the conservation of marine life, especially cetaceans. With the expansion of these activities within the tourism sector, there is a need to understand them as a potential environmental education tool, focused on raising environmental awareness among individuals. In this context, this undergraduate thesis aimed to investigate whether cetacean watching tourism can serve as an instrument for environmental awareness, positively influencing participants and contributing to the development of new habits related to environmental conservation. To this end, an exploratory study with a quantitative and qualitative approach was conducted through the application of online questionnaires distributed to educational and environmental institutions, tourism companies specialized in cetacean watching, and groups focused on nature-based tourism and ecotourism. For data analysis, column and pie charts were used to interpret the numerical results obtained in the study, in addition to word clouds, which helped identify the potential impacts that the wildlife watching experience may have on tourists. The findings indicate that cetacean watching tourism, when conducted in a structured and responsible manner, has the potential to function as an environmental awareness tool, strengthening the connection between individuals and the natural environment and contributing to the adoption of more responsible behaviors toward the conservation of marine ecosystems.

Keywords: Cetaceans. Marine wildlife watching tourism. Environmental awareness. Nature.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Qual é sua idade?	43
Gráfico 2 - Qual seu gênero?	46
Gráfico 3 - Nível de escolaridade	48
Gráfico 4 - Qual sua faixa de renda mensal?	49
Gráfico 5 - Qual região você reside?	50
Gráfico 6 - Com que frequência você viaja por Lazer?	52
Gráfico 7 - Você costuma visitar áreas naturais ou participar de atividades de ecoturismo? ..	54
Gráfico 8 - Você já participou de alguma atividade de observação de baleias, golfinhos ou outras espécies de cetáceos?	55
Gráfico 9 - Qual seria sua principal motivação para participar de uma atividade de observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos?	57
Gráfico 10 - O que você espera vivenciar durante a observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos? (Pode marcar até duas opções)	59
Gráfico 11 - Você acredita que atividade de observação de cetáceos (baleias, golfinhos e botos) pode contribuir para a sensibilização ambiental?	60
Gráfico 12 - Após uma experiência como essa, você acredita que mudaria algo em relação aos seus hábitos ou atitudes com o meio ambiente?	62
Gráfico 13 - Você estaria disposto (a) a escolher um operador turístico que respeite normas ambientais e mantém distância segura dos animais?	66
Gráfico 14 - Onde você costuma buscar informações sobre experiências turísticas?	68
Gráfico 15 - O que faria uma experiência de observação de cetáceos ser inesquecível para você?	69
Gráfico 16 - Você realizaria um turismo de observação de baleias, golfinhos e dentre outros em ponto fixo por meio de binóculos?	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anatomia de Jubarte	18
Figura 2 - Principal alimentação dos mysticetos	19
Figura 3 - As 7 baleias avistadas em Ilhabela por meio do Viva Instituto Verde Azul	20
Figura 4 - Anatomia interna de um golfinho (<i>Odontoceti</i>).....	22
Figura 5 - Nuvem de Palavras	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - 25 Empresas de ecoturismo selecionadas.....	38
Tabela 2 -14 Instituições voltada a conservação	39
Tabela 3 - 31 Universidades selecionadas	40
Tabela 4 -13 Grupos selecionados de ecoturismo	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UCs - Unidades de Conservação

IWC - *International Whaling Commission* (Comissão Baleeira Internacional)

OMT - Organização Mundial do Turismo

MTur - Ministério do Turismo

ESG - *Environmental, Social, and Governance* (Governança Ambiental, Social e Corporativa)

WWT - Whale Watching Tourism (Turismo de Observação de Baleias)

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 <i>Cetáceos: Suas definições e compreensões</i>	17
2.1.1 <i>A história dos cetáceos: da exploração à conservação</i>	23
2.2 <i>Educação ambiental como instrumento de sensibilização da população</i>	26
2.2.1 <i>Turismo de Observação de Cetáceos no mundo e no Brasil</i>	29
3 METODOLOGIA.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1 <i>Perfil dos participantes</i>	43
4.2 <i>Turismo de Observação e Sensibilização</i>	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICE	82

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, há anos, tem buscado desenvolver a educação ambiental nas escolas como um componente curricular obrigatório, com o objetivo de sensibilizar crianças e jovens (Lei nº 9.795/99). Da mesma maneira, é notável que áreas como o turismo têm procurado desenvolver ações de educação ambiental e sensibilização em áreas naturais, como é o caso das Unidades de Conservação (UCs).

Nesse sentido, o segmento do ecoturismo surge como uma alternativa ao turismo massificado. Isso ocorre para que o ecoturismo, enquanto atividade socioeconômica com viés ambiental, não provoque apenas impactos negativos nem vise exclusivamente ao retorno financeiro, mas também contribua, de certa forma, para a conservação da biodiversidade dos atrativos ambientais e sociais.

Diante disso, as atividades de observação de cetáceos (baleias, botos e golfinhos), vinculadas ao ecoturismo, têm como característica serem realizadas por meio de embarcações no mar ou em pontos terrestres, com o uso de equipamentos como binóculos ou drones, com foco na conservação das espécies. Para Betti (2025), o turismo de observação de cetáceos, ou whale watching, em inglês, pode ser compreendido como a prática de atividades voltadas a ver, nadar ou ouvir espécies de baleias, golfinhos e botos em seu habitat natural, a partir de diferentes tipos de plataformas, seja no ar, na terra ou na água.

Essa prática tem sido cada vez mais procurada por turistas em regiões litorâneas do Brasil, nas quais os indivíduos desejam avistar animais marinhos. A atividade, além de auxiliar o desenvolvimento socioeconômico das regiões, pode exercer influência na conservação desses animais, além de constituir-se como aliada no combate à caça aos cetáceos, anteriormente praticada. Segundo o Jornal Nacional (2025), o litoral norte de São Paulo, especialmente Ilhabela, registrou recorde de avistamento de baleias, com cerca de 695 ocorrências. Esse dado demonstra que as baleias, em especial as jubartes, têm se recuperado cada vez mais. Além disso, evidencia que, associadas às boas práticas de avistamento, podem ser promovidas ações de conservação para que esses animais continuem frequentando ambientes costeiros.

Perante essa crescente procura, torna-se notória a necessidade de que instituições ambientais e turísticas, além de operadores de turismo, desenvolvam ações de educação ambiental por meio desse atrativo, pois isso pode desencadear nos turistas um processo de sensibilização ambiental. Dessa forma, evita-se que a atividade se transforme em uma modalidade de turismo de massa que prejudique o ambiente no qual os cetáceos estão inseridos.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática de pesquisa: de que forma o turismo de observação de cetáceos no Brasil pode desenvolver a sensibilização e a educação ambiental dos ecoturistas, bem como influenciar suas percepções acerca da conservação ambiental?

Ademais, a pesquisa parte da hipótese de que o turismo de observação de cetáceos possui potencial para impactar e sensibilizar os indivíduos, por se tratar de uma atividade turística que favorece a conexão e as trocas entre os seres humanos e o meio natural, além de estimular reflexões acerca dos impactos gerados sobre outras espécies de seres vivos. Conceição (2025) destaca que os turistas que realizaram a atividade no Peru, embora inicialmente pouco informados sobre os cetáceos, demonstraram predisposição para práticas pró-conservação após as experiências de observação, o que sugere que o turismo de fauna é relevante para a ampliação do conhecimento ambiental e para a sensibilização dos turistas.

Sendo assim, a pesquisa justifica-se pelo crescimento da atividade de observação de cetáceos no Brasil e no mundo, bem como pela necessidade de compreender os impactos positivos que esse segmento turístico pode promover para além das esferas socioeconômicas. Nesse sentido, investigar a relação entre turismo de observação de cetáceos, educação ambiental e sensibilização mostra-se relevante para compreender como essa prática pode tornar-se uma ferramenta de conservação ambiental, além de contribuir para estudos e debates voltados a compreender como o turismo pode incentivar boas práticas ambientais em atrativos turísticos, especificamente no ambiente marinho.

Logo, para que todos esses questionamentos sejam discutidos e analisados, a presente pesquisa delimitou os seguintes objetivos geral e específicos:

Objetivo geral:

- Investigar o potencial do turismo de observação de cetáceos como ferramenta de sensibilização ambiental, contribuindo para a construção de novos hábitos voltados às questões ambientais entre os participantes.

Objetivo Específicos:

- Caracterizar o perfil e as motivações dos participantes da pesquisa em relação a atividade de observação de cetáceos;
- Analisar se a experiência de observação pode influenciar nas mudanças de hábitos ambientais no cotidiano,

- Compreender como a experiência de observação de cetáceos pode contribuir para a valorização e conservação das espécies marinhas, em específico os cetáceos.

Cabe ressaltar que o presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: Introdução, Referencial teórico, com foco em identificar os aspectos ambientais e sociais da atividade de observação e dos cetáceos. Em seguida, a metodologia, que consta com os métodos e materiais escolhidos para que os objetivos da pesquisa fossem solucionados. Logo após, os resultados e discussões com as análises dos gráficos e por fim, as considerações finais, dispondo do que foi compreendido e propostas para futuras pesquisas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Cetáceos: Suas definições e compreensões

Para a sociedade cristã, o grupo dos cetáceos já conteve um valioso significado cultural e religioso decorrente das escrituras bíblicas (Jonas 1:17). Essa interligação motivada pela fé acarretava uma relação de respeito e apreço por esses animais. Para o pesquisador Santos (2006), esse afeição pelos cetáceos pode ser evidenciado por diversos objetos culturais e geológicos já desenvolvidos, como, pinturas; escrituras; documentários, filmes e dentre outros.

Nessa mesma ênfase, a palavra cetáceos deriva do grego “cetus”, cujo significado é “monstro marinho”, refletindo assim, a forma como esses grandes animais aquáticos eram percebidos nas culturas antigas (Santos, 2022). À vista disso, essa nomenclatura ocorre devido as espécies de baleias, golfinhos e botos serem classificadas como mamíferos aquáticos e obterem semelhanças.

Para a pesquisadora Jacobina (2000), a ordem Cetacea pode ser traduzida pelas espécies ditas anteriormente (baleias, botos e golfinhos), as quais habitam águas marinhas, fluviais e estuarinas (pode ser considerado um ambiente aquático que está interligado ao um rio e o mar, que sofre a influência das marés).

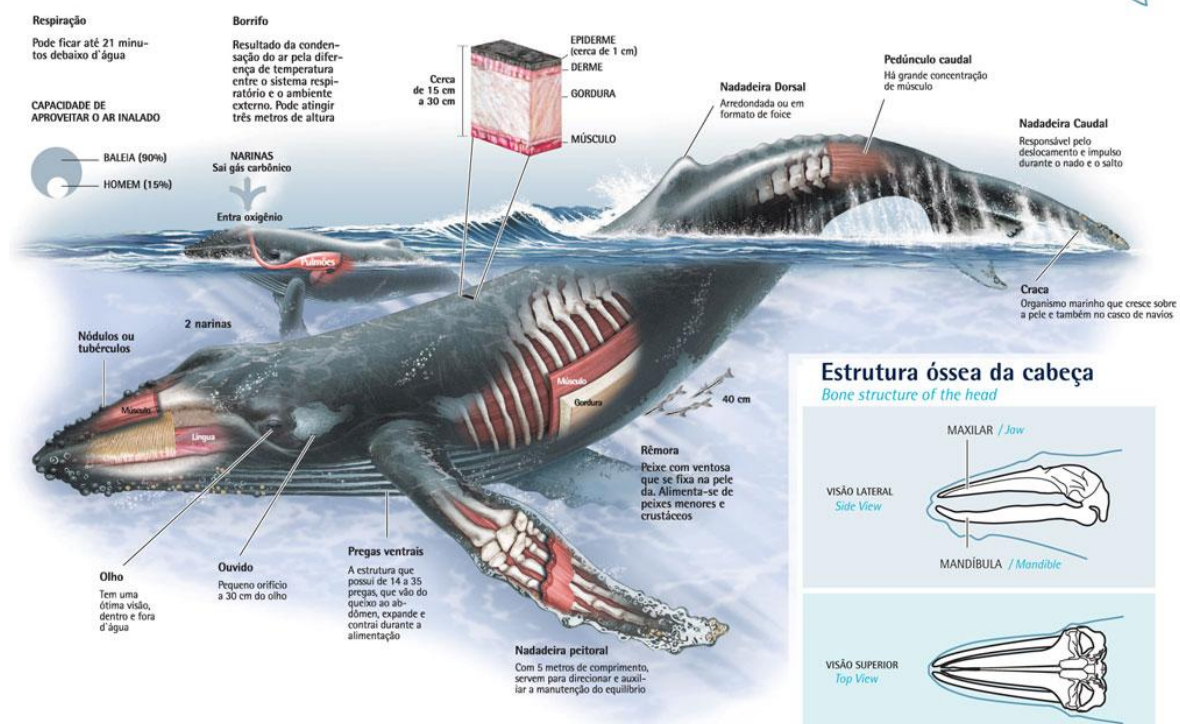
Por conseguinte, devido a variedade de alimárias que são atribuídas como cetáceos, foi elaborada uma subordem de hierarquização para facilitar a identificação física e comportamentais desses animais. Essa hierarquização também facilita a análise dos profissionais para identificar quais espécies correm o risco de adentrar a lista de animais ameaçados de extinção, além de quais são as áreas predominante de cada grupo e suas necessidades. Dessa forma, as divisões ocorrem das seguintes maneiras: 1) *Archaeoceti* (já extintos), 2) *Mysticeti* (cetáceos com barbatanas) e 3) *Odontoceti* (cetáceos com dentes).

As espécies *archaeoeti* são considera extinta há cerca de 34 milhões de anos e essas espécies são consideradas ancestrais dos cetáceos. Sendo assim, o referencial teórico focará em demonstrar as principais características grupais apenas dos *mysticeti* e *odontoceti*, tendo em vista, que são possíveis evoluções da subordem dos *archaeoeti*. Nesse mesmo sentido, de acordo com The Society for Marine Mammalogy (2025), existem aproximadamente 15 espécies de *mysticeti* e 79 espécies de *odontoceti* no mundo.

Diante das informações anteriores, é importante compreender que o nome “mysti” deriva de “*mustache*”, que, no idioma inglês, significa bigode. Conforme Baretto (2023), era assim que a população interpretava as barbatanas na boca das baleias. Essa referência ocorre porque as baleias só têm essas cerdas bucais na parte superior da boca e, como complemento, da palavra “ceti”, que representa os cetáceos, surgindo, assim, popularmente, o nome baleias de barba.

Ademais, o autor anteriormente citado faz uma alusão interessante sobre as barbatanas dessa categoria, tendo em vista que podem ser imaginadas como fios de vassoura, os quais ficam presos em ambos os lados da boca do animal. Contudo, é válido ressaltar que as barbatanas estão apenas na parte superior, a qual é considerada o maxilar, e que a parte inferior da boca é compreendida como a mandíbula, sem as cerdas. Como pode ser compreendido pela imagem abaixo, demonstrando a anatomia de uma baleia-jubarte:

Figura 1 – Anatomia de Jubarte



Fonte: Projeto Jubarte (2024)

Outro destaque importante, é que os *mysticeti* (baleias), anatomicamente possuem dois espiráculos respiratórios, que permitem com que elas respirem o ar atmosférico. Essa respiração ocorre quando ela realiza a emersão no mar e que ocasiona assim a exalação (borrifo), que chama a atenção de muitas pessoas. Santos (2022) explica que esses orifícios interligam os pulmões ao meio externo, servindo para expirar o ar viciado dos pulmões e inspirar o ar atmosférico, para que, assim, seja possível a oxigenação dos órgãos e tecidos dos cetáceos.

Ademais, uma das principais características dos *mysticeti* é a vocalização e audição, sendo um dos principais mecanismo para sua sobrevivência, navegação e comunicação nos oceanos. Esses animais, embora não possuam orelhas externas ou cordas vocais clássicas, utilizam ouvidos internos altamente desenvolvidos e uma laringe modificada para emitir e captar sons, comunicando-se com sua espécie e identificando rotas de migração. Santos (2022) afirma que as baleias se comunicam por meio de ondas sonoras de baixa frequência, em grande parte inaudíveis aos ouvidos humanos, e que essas ondas sonoras podem ser transmitidas a centenas de quilômetros de distância para sua espécie.

Nesse mesmo viés, os *Mysticeti* são considerados animais carnívoros, uma vez que sua alimentação é composta por pequenos organismos, como peixes, camarões e derivados. Sua principal presa pode medir entre 1 e 6 cm de comprimento, podendo ser comparada, em termos de tamanho, a uma moeda de um real, falange distal (ponta do dedo) ou até mesmo a um cartão. Barreto (2023) afirma, nessa perspectiva, que a principal fonte de alimentação dos mysticetos é o krill, um crustáceo encontrado na parte inferior das geleiras. A figura abaixo apresenta esse animal para fins de identificação.

Figura 2 - Principal alimentação dos mysticetos



Fonte: Sophie Webb/NOAA (2010)

Com isso, é válido ressaltar que essa ordem dos cetáceos é composta pelas baleias. Diante disso, nas zonas costeiras do Brasil, destaca-se principalmente a presença de sete espécies de baleias avistadas nos últimos anos, sendo elas: baleia-azul (*Balaenoptera*

musculus), baleia-de-Bryde (*Balaenoptera edeni*), baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*), baleia-fin (*Balaenoptera pycnala*), baleia-minke-anã (*Balaenoptera acutorostrata*) e baleia-sei (*Balaenoptera borealis*). Essas ocorrências de baleias se dão em locais como Praia do Forte (BA), Ilhabela (SP), Ubatuba (SP) e Vitória (ES), entre outros litorais, no período de maio a setembro. Contudo, é válido ressaltar que essas avistagens foram registradas especificamente no litoral norte de São Paulo, em Ilhabela, pelo Viva Instituto Verde Azul, conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 3 - As 7 baleias avistadas em Ilhabela por meio do Viva Instituto Verde Azul



Fonte: Viva Instituto Verde Azul (s.d)

Essas regiões concentram importantes espécies de baleias devido à rica biodiversidade marinha e às condições climáticas favoráveis, que proporcionam águas adequadas para que essas espécies possam parir e amamentar seus filhotes. Mas vale destacar, em especial, a baleia-jubarte, que migra anualmente em busca desses ambientes para que seja propício sua reprodução e acasalamento.

Contudo, embora esses locais sejam valoráveis, um dos principais destinos que elas buscam, é Abrolhos, na Bahia, região reconhecida como o berçário das baleias, por abrigar áreas seguras e fundamentais para a reprodução e desenvolvimento dos filhotes. Martins (2022) disserta que a atratividade dessas espécies por esse local se dá em razão de o complexo recifal fornecer proteção natural aos filhotes, além de águas quentes e calmas, que são vitais para a fase de crescimento dos neonatos.

Nesse mesmo viés, os *mysticetis* agrupam uma das maiores variações de tamanho no reino animal, fator que atua como principal elemento visual para o turismo de observação de

baleias no mundo. Enquanto baleia-minke-anã (*Balaenoptera acustorostrata*) pode medir entre 7 e 10 metros de comprimento, a baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) alcança entre 12 e 16 metros, já a maior baleia, conhecida como baleia azul (*Balaenoptera musculus*), chega a atingir cerca de 30 metros de comprimento, demonstrando assim, uma variação de comprimento e de necessidades de acordo com a espécie.

No que se refere à subordem *Odontoceti*, destaca-se que, em virtude da existência de 79 espécies e da diversidade de comportamentos observados nesse grupo, este Trabalho de Conclusão de Curso se dedicará à apresentação, de forma objetiva, dos principais aspectos anatômicos dessa subordem.

De acordo com Betti (2025), os *Odontoceti* correspondem à subordem dos cetáceos dotados de dentes, cuja maioria das espécies apresenta dieta carnívora ou onívora, incluindo--se nesse grupo os golfinhos (*Delphinidae*), os botos (*Platanistoidea*), as marsopas (*Phocoenidae*), as toninhas (*Pontoporia blainvillei*), as belugas (*Delphinapterus leucas*), os cachalotes (*Physeter macrocephalus*), os narvais (*Monodon monoceros*), as orcas (*Orcinus orca*) e as baleias-bicudas (*Ziphiidae*). Santos (2025) complementa que essa subordem apresenta ampla diversidade de formas de utilização das áreas de vida, podendo variar desde núcleos residenciais relativamente restritos, associados a zonas costeiras, até o uso exclusivo de extensas áreas pelágicas.

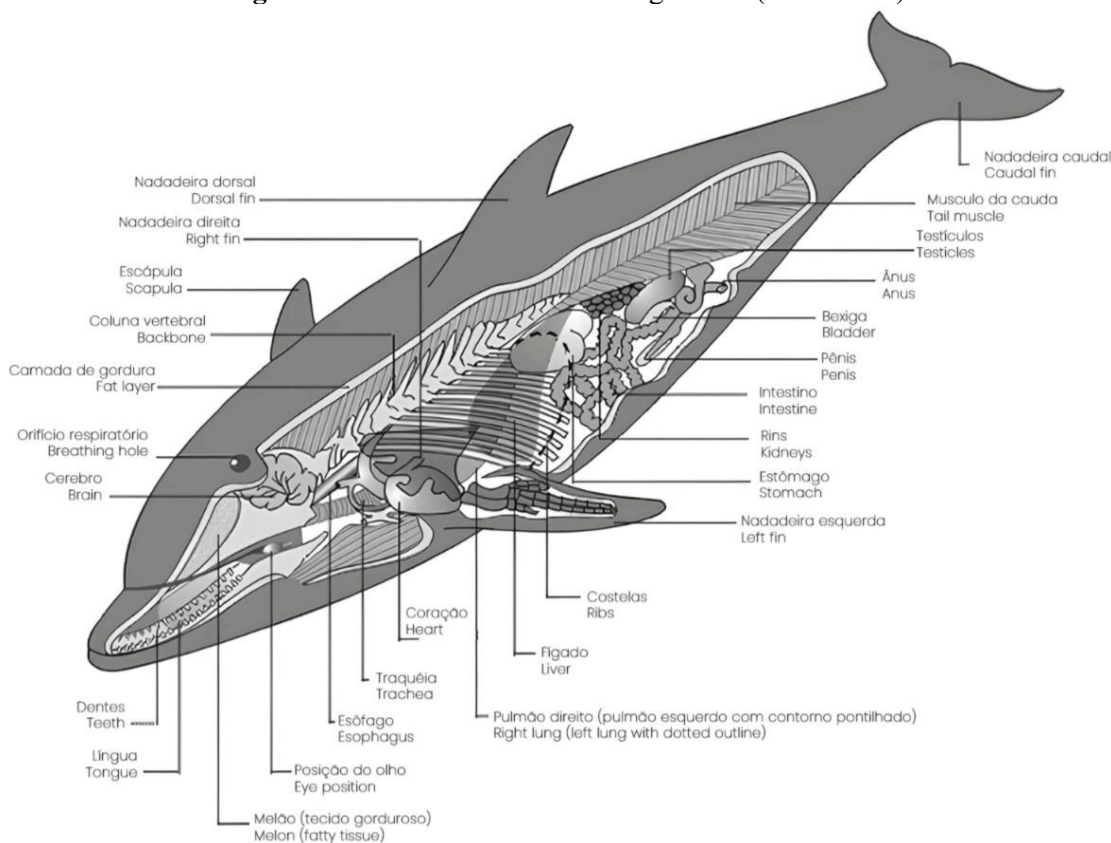
Sendo assim, a subordem *odontoceti* é fácil de ser diferenciada das baleias, devido a sua estrutura física. Essa subordem também é considerada carnívora, pois se alimentam de peixes, lulas, leões-marinhos e dentre outros animais aquáticos. Cabe salientar, que essa alimentação varia de acordo com a ordem e família das espécies, como por exemplo, o caso das orcas (*Orcinus orca*), que têm ecotipos que se alimentam de outros cetáceos. O autor Santos (2021) afirma que os ecotipos evidenciam distintos cardápios de dieta, diversificando entre peixes e cefalópodes, e a um extremo de preferência por animais de sangue quente como pinguins, focas e outros cetáceos.

Esse tipo de alimentação relaciona-se ao fato de esses animais possuírem dentes, em vez de barbatanas. Todavia, apesar dessa distinção, os dentes não são utilizados para a mastigação nem para a trituração do alimento, mas sim para imobilizar a presa, impedindo sua fuga antes da deglutição. Santos (2022) acrescenta que os dentes dos *Odontoceti* são constituídos por dentina e cemento, assim como os dentes humanos, estando, na maioria das espécies, presentes no maxilar e na mandíbula. A principal diferença em relação à dentição humana reside no fato de que essa subordem mantém a mesma dentição ao longo da vida, ao passo que, nos seres humanos, ela se modifica com o avanço da idade.

Nesse mesmo viés, o tamanho dos dentes de cada espécie varia de acordo com o seu tamanho e suas necessidades, como é o caso do menor golfinho da América Latina (Toninha), que possuem cerca de 210 dentes e pode chegar a medir 1,60 metros, enquanto a cachalote pode ter entre 18 e 29 dentes em cada lado da mandíbula e é considerado um dos maiores *odontoceti*, variando entre 12 e 19 metros, dependendo do sexo (Miranda, 2020).

Ademais, os *Odontoceti*, assim como os demais cetáceos, apresentam alterações anatômicas do sistema respiratório associadas ao processo evolutivo. Embora sejam oriundos de ancestrais portadores de duas narinas externas, verifica-se, na atualidade, a presença de apenas um espiráculo visível externamente, resultante da reorganização anatômica dos orifícios nasais. De acordo com Santos (2025), a cavidade nasal dos odontocetos possui sacos aéreos específicos, enquanto o diafragma desempenha papel central na respiração, constituindo o principal músculo respiratório dos mamíferos e separando as cavidades torácica e abdominal. Assim, tais adaptações anatômicas possibilitaram o controle voluntário da respiração, condição essencial para a emersão à superfície e para a manutenção da vida em ambiente aquático. Como mostra a imagem a seguir da anatomia de um Golfinho:

Figura 4 - Anatomia interna de um golfinho (*Odontoceti*)



Fonte: Projeto Golfinho Rotador (2026).

No que se refere à ecolocalização, essa capacidade não apenas auxilia os *Odontoceti* na localização de presas, mas também desempenha papel fundamental na exploração de ambientes aquáticos com baixa ou nenhuma luminosidade. Santos (2025) evidencia que a morfologia craniana observada nesse grupo indica que o processo de ecolocalização tenha se desenvolvido ao longo do período Oligoceno. Ademais, esse mecanismo permite um refinamento na percepção do ambiente em que esses animais estão inseridos, além de estar associado a formas específicas de comunicação acústica, incluindo variações sonoras características entre espécies e famílias.

No que se refere ao comprimento corporal, os *Odontoceti* apresentam variação entre as espécies e, em alguns casos, também entre machos e fêmeas. Contudo, quando comparados aos *Mysticeti*, possuem, em geral, menor porte. Segundo Santos (2025), o comprimento médio dos misticetos é de aproximadamente 16 metros, valor cerca de quatro vezes superior ao porte médio dos odontocetos, estimado em aproximadamente 4 metros. Ainda que essa disparidade de tamanho entre as subordens seja evidente, os cetáceos, de modo geral, destacam-se como animais de grande porte e despertam interesse em razão de suas notáveis características biológicas e ecológicas.

2.1.1 A história dos cetáceos: da exploração à conservação

A partir da compreensão acerca do que são os cetáceos, torna-se possível entender, de maneira mais clara, as razões pelas quais esses animais, em especial as baleias, foram historicamente alvo da caça por parte dos seres humanos. Considerando que esses animais têm sido explorados por diferentes países ao longo dos séculos, inclusive pelo Brasil, destaca-se que, no período colonial, a atividade baleeira apresentou significativa intensidade nas regiões litorâneas brasileiras, tendo como principal objetivo a extração do óleo das baleias.

De acordo com Vieira (2024), entre as espécies de *Mysticeti* mais impactadas pela atividade baleeira destacam-se a baleia-franca-austral e a baleia-jubarte, ambas pertencentes ao grupo das baleias de barbas. Contudo, é válido ressaltar que, de modo geral, diversas espécies de baleias sofreram impactos significativos em decorrência da caça.

No litoral, a caça às baleias esteve associada, sobretudo, à extração do óleo contido em seus tecidos, obtido por meio do derretimento da gordura corporal. Esse produto possuía ampla aplicação histórica, sendo empregado na iluminação e na lubrificação de maquinários. Segundo Vieira (2024), o óleo de baleia apresentava custo inferior ao azeite de oliva, circunstância que favorecia sua ampla utilização pela população.

Em complemento, Castelluci (2021) assinala que, desde o século XVI, diversas espécies de mamíferos marinhos foram submetidas à exploração intensiva, resultando em expressivo declínio populacional em curto espaço de tempo. Nesse contexto, essa exploração, inicialmente intensiva e, posteriormente, em escala industrial, pode ser compreendida em associação ao desenvolvimento do capitalismo e aos processos de modernização da sociedade.

Em perspectiva histórica, a caça de mamíferos aquáticos encontra-se fortemente vinculada aos processos de expansão territorial promovidos por países europeus e norte-americanos, uma vez que tais dinâmicas estavam articuladas à exploração econômica de recursos e à afirmação do domínio territorial. De acordo com Castelluci (2021), a caça às baleias assumiu, inicialmente, um caráter doméstico e de subsistência, destinado ao consumo próprio, o que a mantinha em pequena escala. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo e a progressiva valorização mercantil dos produtos baleeiros, essa atividade adquiriu maior projeção econômica, passando a responder a uma demanda crescente.

Nessa mesma perspectiva, cumpre salientar que, embora a atividade baleeira também tenha ocorrido no litoral brasileiro, parcela do óleo extraído era destinada ao mercado externo. Conforme assinala Castelluci (2021), a intensificação desse circuito de exportação entre países contribuiu para que as expedições de caça resultassem no abate de aproximadamente 17 mil baleias pertencentes ao grupo *Mysticeti*, além de diversas outras espécies, bem como de mais de 11 mil cachalotes, integrantes do grupo *Odontoceti*.

Esses números evidenciam a magnitude da caça aos cetáceos nas referidas expedições, demonstrando a intensa mortalidade de animais marinhos e permitindo compreender uma das principais causas do declínio populacional de diversos mamíferos aquáticos naquele período, bem como a lenta recuperação de algumas espécies na atualidade. Além disso, tais informações indicam que europeus e norte-americanos contribuíram tanto para a dinamização de cidades litorâneas brasileiras quanto para a intensificação da exploração marinha, com impactos significativos sobre as populações oceânicas.

Diante disso, é inegável que o óleo extraído das baleias assumiu relevante valor comercial para o Brasil, especialmente no âmbito socioeconômico. Contudo, a exploração intensiva e a caça realizada inclusive em períodos reprodutivos comprometeram severamente as populações de *Mysticeti*, contribuindo para sua redução e para o aumento do risco de extinção. Conforme Vieira (2024), as populações de baleias passaram a diminuir consideravelmente, o que gerou crescente preocupação quanto à conservação das espécies.

Estima-se que as baleias-jubarte que migravam pelo Atlântico Sul (Estoque A) tenham sido reduzidas a cerca de mil indivíduos no Banco dos Abrolhos. Segundo Castelluci (2021),

os efeitos da caça manifestaram-se intensamente em diversas áreas do litoral sul-americano, de modo que, ao longo do tempo, o número de baleias-jubarte nos litorais brasileiros diminuiu drasticamente.

Assim como as jubartes, as baleias-franca-austral também tiveram um impacto parecido, tendo em vista, que é uma espécie que reside em ambientes mais costeiros. Castellucci (2022) também expõe que assim como o litoral sudeste, a região de Santa Catarina (Sul) também foi afetada pela caça, no qual a região obteve uma maior variedade de espécies caçadas pelos norte-americanos.

Outrossim, cabe destacar que as praias brasileiras denominadas “Armação” correspondem, em muitos casos, a locais historicamente vinculados à atividade baleeira, nos quais se concentravam tanto a captura desses animais quanto o emprego de técnicas específicas, como o uso do arpão. Segundo informações disponibilizadas pelo site do Instituto Australis (s.d), os animais mais visados eram:

arpoados com um arpão rudimentar de ferro batido com farpas e uma haste de madeira, preso à lancha por um cabo. Após arpoada, era comum que a baleia arrastasse a lancha por várias horas, antes de, exausta, deixar-se aproximar pela embarcação, da qual se desferiam golpes hediondos com uma lança de ferro de uns 2 metros de comprimento, que sangrava mortalmente o animal.

Essa técnica de caça revela o grau de insensibilidade ética presente nas práticas humanas historicamente vinculadas à racionalidade econômica capitalista. Ainda assim, é importante salientar que, mesmo com o declínio e a proibição da caça comercial em diferentes contextos nacionais, países como Japão e Noruega mantiveram práticas de caça industrial de cetáceos e de outros animais marinhos, o que suscita questionamentos relevantes acerca dos limites das atividades produtivas orientadas pela exploração intensiva da natureza.

Nessa perspectiva, a caça comercial de baleias passou a sofrer restrições internacionais mais severas a partir de 1986, com a moratória estabelecida pela Comissão Internacional da Baleia (*Internacional Whaling Commission – IWC*). No Brasil, esse processo consolidou-se em 1987, quando o país aderiu formalmente à medida. Na atualidade, considerando a atuação articulada de comissões internacionais, organizações ambientais e segmentos vinculados ao turismo, torna-se essencial compreender não apenas o percurso histórico dessas espécies, mas também seus padrões comportamentais e sua inserção nas dinâmicas ecológicas contemporâneas.

Para alguns pesquisadores, como Vieira (2024) e York (2017), o fim da caça às baleias não ocorreu em razão da descoberta do petróleo, como frequentemente é difundido. Embora

esse recurso tenha substituído parte dos produtos derivados da indústria baleeira, os combustíveis fosseis também contribuíram para a modernização e aceleração do aumento da captura dos cetáceos. Nesse sentido, a redução da caça esteve mais associada ao declínio populacional e sobre-exploração dos estoques de cetáceos, bem como ao fortalecimento das políticas públicas voltadas a conservação das espécies.

No documento da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, de 1946, evidencia-se que, embora esse instrumento tenha representado um avanço na conservação das populações de cetáceos, seus objetivos iniciais não estavam voltados à interrupção definitiva da caça às baleias. Em um primeiro momento, buscava-se sobretudo regulamentar a exploração baleeira por meio do controle populacional, do monitoramento das espécies e da adoção de estratégias que possibilitassem a recuperação dos estoques, sem comprometer os interesses econômicos vinculados à indústria baleeira. Nesse sentido, as medidas previstas priorizavam a realização de pesquisas, a coleta de dados, a fiscalização da atividade, o estabelecimento de períodos de conservação, a definição de limites de captura, a delimitação de áreas e a proteção de determinados grupos de baleias (*Internacional Whaling Commission*, 1946).

Conforme destaca Vieira (2024, p.17), “a história das baleias e de seus caçadores reflete a tentativa humana de compreender e respeitar o ambiente e os animais que nele habitam, considerando as complexas interações entre biodiversidade e sociodiversidade.” Tal perspectiva também envolve a análise dos vestígios deixados nos ambientes litorâneos, bem como o monitoramento de possíveis atividades antrópicas que possam afetar esses organismos.

Observa-se que, embora determinadas diretrizes tenham sido formuladas com vistas à retomada da caça, alguns países, entre eles o Brasil, optaram por não restabelecer essa prática. No contexto brasileiro, qualquer forma de caça aos cetáceos constitui crime, nos termos da Lei nº 7.643/1987, que prevê pena de reclusão de dois a cinco anos, além de multa, para aqueles que incorrerem nessa conduta (Brasil, 1987).

2.2 Educação ambiental como instrumento de sensibilização da população

Desde a década de 90, o Brasil tem buscado desenvolver a educação ambiental no sistema de ensino. A Lei nº 9.795/1999 estabelece que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”

(Brasil,1999). Assim, a preocupação com o meio ambiente é uma pauta presente na sociedade brasileira.

Nessa direção, é notório que os primeiros passos da educação ambiental se iniciam no ambiente escolar, especialmente no ensino básico, onde é possível promover, ao longo dos anos, a sensibilização ambiental das crianças. Na perspectiva de Freire (1996, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção”. Essa citação pode ser relacionada ao ensino básico, tendo em vista que esse é o momento em que as crianças não aprendem apenas de forma teórica com o professor, mas também de maneira lúdica, o que favorece a construção do conhecimento a partir de seu próprio entendimento e da compreensão da importância do meio ambiente, de acordo com suas vivências.

Ainda que existam políticas públicas voltadas ao ensino da proteção ambiental nas escolas, isso, por si só, não é suficiente para que a sociedade desenvolva uma sensibilização ambiental ao longo da vida. Haja vista que o capitalismo e a lógica do consumo têm se intensificado cada vez mais na sociedade brasileira, especialmente em razão da influência das redes sociais, o que contribui para o fortalecimento do desejo por bens materiais promovido pelas mídias digitais.

Para Almada (2025), o consumo gerado pelas redes sociais não só molda padrões de consumo, mas também cria paradigmas de mercado e controle sobre fluxos econômico. Sendo assim, em uma era tecnológica marcada pela busca por engajamento, a educação e a sensibilização ambiental precisam estar presentes em diferentes dimensões da vida social, como o lazer, o descanso, a educação, a saúde, entre outras, para que as pessoas possam compreender que suas ações individuais podem prejudicar a natureza, bem como que o desejo pelo consumo constitui um elemento estrutural intensificado pelas plataformas digitais.

É necessário, também, que a educação ambiental não seja vista unicamente como base educacional, mas compreendida como modelo político e cultural, visando, dessa maneira, a uma mudança nas relações dos indivíduos, ainda que minimamente. Para o pesquisador Layrargues (2006), a educação ambiental é um caminho por meio do qual é importante atravessar a disputa pela conservação ou transformação das condições sociais; logo, esse sistema não pode ser neutro, pois se trata de uma estrutura social e ambiental que precisa ter valores, interesses e perspectiva de mudança.

Já no viés da educação ambiental não formal, ela está pautada não apenas na sala de aula e na estrutura educacional, mas também como um modo de aprendizado fluido. Para o pesquisador Pereira (2024), a prática da educação ambiental não formal promove a interdisciplinaridade e a emancipação do conhecimento de maneira prazerosa. Silva (2022)

complementa que a EA não formal possibilita o acesso educacional contínuo e a distribuição de informações para diferentes públicos, de forma a debater situações atuais em diversos espaços, sejam presenciais ou digitais.

Diante disso, percebe-se que a educação ambiental não formal está inserida em diversas áreas e mecanismos da sociedade, com o viés de transferir conhecimento e promover debates para a população em geral.

Nesse sentido, o ecoturismo articula-se com a educação ambiental não formal por meio de atividades turísticas, as quais a sociedade tem buscado vivenciar cada vez mais na atualidade. Isso ocorre devido à falta de contato com a natureza, ao interesse decorrente das redes sociais ou ao conhecimento da localidade. Segundo Layrargues (2006, p. 10), a interligação entre ecoturismo e educação ambiental configura-se como:

um mecanismo de compensação do risco do mercado ecoturístico, garantindo que o sucesso de hoje não seja o fracasso de amanhã, uma vez que ela desempenha um importante papel tanto para minimizar a sobrecarga da capacidade suporte do ambiente, como para minimizar a desestruturação cultural das comunidades residentes.

Com isso, esse mecanismo garante a sustentabilidade dos meios naturais, prevenindo que o sucesso econômico imediato cause danos ambientais ou culturais no futuro. Ele também pode contribuir para o controle da pressão sobre o meio natural, assegurando, assim, o equilíbrio entre desenvolvimento, conservação e respeito social.

Isso pode ser verificado em diversas organizações ambientais, sejam elas unidades de conservação (parques) ou projetos marinhos espalhados pelo Brasil. Organizações ambientais e empresas turísticas com viés educacional proporcionam aos turistas uma educação ambiental de forma lúdica, resgatando memórias da infância e práticas aprendidas no ensino básico e médio. Dessa maneira, demonstram as necessidades das espécies observadas e mostram como bons hábitos, aliados às leis de proteção, permitem vivências enriquecedoras. Assim, reforçam que a mudança é necessária, mesmo que aconteça gradualmente.

Do mesmo modo, Minc (2005, apud Moreira, 2015) destaca que, para que a educação ambiental seja eficaz, é indispensável que ela esteja integrada ao cotidiano do indivíduo, permitindo que este perceba os resultados, amplie sua sensibilização e compartilhe conhecimentos. Diante disso, para que o indivíduo seja considerado um ser sensibilizado, é fundamental que haja troca de debates e experiências com a sua comunidade, mesmo que de forma lenta, já que a construção do entendimento ambiental é cotidiana.

Outrossim, para que a educação ambiental, seja ela formal ou não formal, consiga obter os avanços necessários, é de suma importância que indivíduos, instituições e organizações saibam desenvolver a sensibilidade na sociedade, tendo em vista que as estratégias escolhidas acarretam diretamente na possível dinâmica e interligação que os indivíduos terão com o meio natural.

Silva (2023) evidencia que a sensibilização ambiental pode ser definida como o primeiro passo para um pensamento crítico sobre questões ambientais, sendo um processo que envolve aspectos socioemocionais. Para o Ministério do Turismo (2007), sensibilizar está ligado a oferecer às pessoas da comunidade ou região meios e procedimentos que as façam perceber novas possibilidades e lhes permitam enfrentar mudanças e transformações frente ao turismo e ao meio natural. Assim, pode-se perceber que cada esfera compreende a sensibilização por um viés, seja ele direcionado aos aspectos afetivos ou comunitários.

Ademais, Pacheco (2026) afirma que a sensibilização ambiental não se limita apenas ao conhecimento teórico, mas abrange a construção de valores e ações que favoreçam a proteção dos recursos naturais. Isso enfatiza que, independentemente das ações educacionais em nível teórico, a sensibilização ambiental torna-se eficiente para o meio ambiente a partir do momento em que os atores sociais buscam minimizar seus impactos no cotidiano. Logo, entende-se que a sensibilização ambiental e a educação ambiental se articulam com o viés de mitigar as ações humanas na sociedade.

2.2.1 Turismo de Observação de Cetáceos no mundo e no Brasil

Para muitos estudiosos, o turismo pode ser conceituado e compreendido de diversas formas, tendo em vista que se trata de uma área multidisciplinar. Entretanto, quando a Lei Geral do Turismo (Lei nº 14.978, 2024) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) consideram o turismo como uma atividade realizada em período inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios, eventos, entre outras, pode-se identificar que essa definição está mais voltada ao aspecto mercadológico da atividade.

Em norma, essa conceituação não está equivocada, já que essa delimitação ocorre para fins de distribuição orçamentaria para setores turísticos e estímulos empregatícios para a sociedade. Contudo, mesmo com essa circunstância, existe alguns questionamentos acerca da definição dos órgãos citados anteriormente, principalmente em tempos que o turismo em áreas naturais vem sendo amplamente discutido devido a busca considerável dos turistas como forma de conexão ao meio ambiente.

Autores como Irving (2016, p. 16) tornam-se relevantes nesse debate, pois consideram o turismo um fenômeno contemporâneo profundo, uma vez que a atividade turística se expressa “como movimento, como tradução de sonhos e imaginários, mas também como via potencial para o religar com a própria natureza diante do reconhecimento da diversidade humana e da real possibilidade do encontro na diferença, pela via da alteridade”.

Aspectos apresentados por pesquisadores como Irving trazem ao turismo uma nova perspectiva, especificamente quando relacionados às atividades desenvolvidas em meio à fauna e à flora. Essa abordagem não significa que o turismo esteja isento de sua dimensão econômica, mas, sim, que passa a incorporar uma nova busca de interligação entre a conservação ambiental e a dinâmica econômica no espaço em que se desenvolve.

Diante das múltiplas formas de turismo, o ecoturismo surge como uma maneira estratégica, dinâmica e sustentável para os viajantes e para as instituições ambientais. Neiman (2005) afirma que o segmento do ecoturismo funciona como canal de aproximação entre o ser humano e o meio ambiente, à medida em que incorpora questionamentos e valores em razão do aprendizado gerado no indivíduo.

O ecoturismo parte dessa finalidade, mas também se fundamenta na elaboração de um planejamento turístico coerente e sensível, em conjunto com a comunidade, com vistas ao respaldo ambiental, de acordo com a área natural em que o atrativo será realizado. Nesse sentido, Spaolone (2016) afirma que o ecoturismo é uma atividade que deve considerar um programa rigoroso, o qual desenvolverá projetos voltados à diminuição dos impactos ambientais causados à natureza. Todavia, para que isso ocorra de maneira adequada, é fundamental ouvir as necessidades da comunidade local.

É válido ressaltar, também, que, em relação a oferta turística, o público-alvo do ecoturismo tende a buscar locais e ambientes que estejam regulamentados ambientalmente e que tenham como premissa conceitos pautados no Environmental, Social and Governance (ESG). Isso ocorre em razão da busca por sensibilização ambiental que o ecoturismo fomenta, ainda que involuntariamente, durante as vivências proporcionadas pela natureza.

Para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Brasil, 2010, p. 36), o público-alvo do segmento, de maneira geral, “importa-se com a condição dos serviços e equipamentos, com a singularidade e autenticidade da experiência, e com o estado de conservação do ambiente”. Logo, o ecoturismo tende a fortalecer um papel crucial na sensibilização ambiental, tanto de modo formal quanto informal.

Assim como o ecoturismo, o turismo de observação de cetáceos, conhecido internacionalmente como *Whale Watching Tourism* (WWT), pode ser compreendido como uma atividade turística em áreas naturais, inserida no segmento do ecoturismo.

Essa atividade de observação surge como uma alternativa à caça de baleias e, atualmente, tem como princípio constituir-se como uma atividade comercial sem fins letais à fauna marinha. Tal prática pode ocorrer por meio de embarcações, em faixas de areia ou em mirantes. Para a Comissão Baleeira Internacional (*International Whaling Commission* – IWC), reconhecida autoridade intergovernamental sobre a gestão de baleias como recurso, trata-se de qualquer atividade ou operação que permita ao público observar cetáceos em seu habitat natural, sem a utilização de gaiolas ou cativeiros (Parsons, 2012).

Nessa mesma perspectiva, Gomes (2021) evidencia que um dos primeiros registros dessa atividade turística no Brasil data da década de 1980, em localidades como Fernando de Noronha, com o golfinho-roteador (*Stenella longirostris*) e a Amazônia, com o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*). Percebe-se, assim, que esse atrativo possui aproximadamente cinco décadas de existência e vem buscando articular a conservação da fauna com a atividade econômica.

Conceição (2025) destaca que, atualmente, o turismo de observação de cetáceos ocorre em diferentes regiões do país, associado a espécies específicas, como em Santa Catarina (SC), com a observação da baleia-franca-austral; no Banco dos Abrolhos (BA), com a baleia-jubarte; em Fernando de Noronha, com a observação de golfinhos-rotadores; e no Rio Grande do Norte, com o turismo de observação do boto-cinza (*Sotalia guianensis*). A diversificação dessas áreas no Brasil e a ampliação dessa atividade turística impactam positivamente as esferas educacionais e econômicas, ao promover a educação ambiental para os moradores e visitantes, contribui para que esses indivíduos tenham um senso de pertencimento e compreensão acerca das espécies presentes, além de contribuir para a geração de emprego, renda e o desenvolvimento do município, de modo que o turismo da cidade seja dinâmico e diversificado em todo o período do ano.

Estudos apontam que, em países desenvolvidos, a articulação entre o fascínio social pelos cetáceos e sua observação turística tem favorecido a consolidação de indústrias bem-sucedidas, com repercussões positivas tanto na sensibilização ambiental quanto no fortalecimento das estratégias de conservação dessas espécies (Spanholi, 2025). Nessa mesma direção, estudos anteriores já destacavam o potencial do turismo de observação de cetáceos como atividade capaz de dinamizar economias locais. Em contextos internacionais, como o da Nova Zelândia, verifica-se que essa prática pode contribuir significativamente para a geração de emprego e renda junto às comunidades receptoras (Peterle, 2025).

No contexto econômico brasileiro, segundo Spanholi (2025), o turismo de observação de baleias-jubarte na Praia do Forte (BA) recebeu mais de 3 mil turistas no ano de 2023, gerando impactos expressivos na economia regional. A autora também destaca que o gasto médio diário estimado por turista foi de R\$ 841,73. Esses dados evidenciam o significativo potencial de movimentação econômica decorrente dos gastos diretos e indiretos vinculados ao setor turístico e à atividade de avistamento. Desse modo, o turismo de observação de cetáceos pode constituir-se como uma alternativa relevante para localidades litorâneas que buscam diversificar seus segmentos turísticos.

Por outro lado, enquanto algumas regiões brasileiras se mostram mais avançadas no desenvolvimento da atividade de observação, Peterle (2025) relata que essa realidade não se verifica no Espírito Santo, em razão de problemas estruturais, insuficiência de investimentos em infraestrutura e ausência de regulamentações específicas. Situações como essa implicam diretamente na experiência do turista, na economia local e na troca de conhecimentos entre condutores e visitantes, tendo em vista que locais com infraestrutura precária podem gerar desconforto aos indivíduos e comprometer a qualidade da atividade turística.

Gomes (2022) afirma que, embora o turismo de observação de cetáceos esteja associado à conservação ambiental, atividades realizadas a partir de embarcações motorizadas têm sido frequentemente relacionadas a efeitos negativos. Nesse sentido, a ausência de fiscalização, além de expor os turistas a riscos em embarcações instáveis, pode impactar diretamente os cetáceos, uma vez que esses animais são sensíveis ao ruído dos motores, às colisões com embarcações e a outros fatores associados à operação turística.

Nesse sentido, diversos países já dispõem de normas próprias para a observação de cetáceos, formuladas com base nas necessidades das espécies presentes em seus territórios e na abrangência da atividade. No caso brasileiro, visando ao ordenamento da atividade turística e à promoção de sua sustentabilidade, a Lei Federal nº 7.643/1987 estabeleceu a proibição da pesca e do molestamento intencional de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras (Brasil, 1987).

Além disso, o IBAMA, por meio da Portaria nº 117/1996, complementa esse marco normativo ao proibir a molestação desses animais e ao estabelecer diretrizes para o avistamento responsável, prevendo boas práticas de observação, parâmetros de distanciamento e deveres a serem cumpridos tanto pelas operadoras quanto pelos turistas (Ibama, 1987).

Nesse mesmo viés, a legislação federal, em conjunto com as normativas do IBAMA, estabelece que a observação de cetáceos deve ocorrer em conformidade com regras específicas, tais como: a) embarcações motorizadas devem manter distância mínima de 100 metros do animal mais próximo, podendo esse limite alcançar 300 metros, a depender de norma local,

municipal ou de unidade de conservação; b) embarcações sem motor, como caiaques e pranchas, devem manter distância mínima de 100 metros; c) aeronaves e drones devem respeitar altitude mínima de 150 metros ou 500 pés, além de restrições quanto ao tempo de permanência e ao sobrevoo direto; d) é proibido mergulhar, nadar ou tentar tocar os cetáceos, devendo-se manter distância segura; e) também é vedado perseguir, cercar, separar grupos ou forçar os animais a alterarem sua direção de deslocamento (Brasil, 1987; Ibama, 1996).

Contudo, mesmo a legislação brasileira estabelecendo a proibição da atividade de mergulhos com cetáceos, observa-se uma lacuna jurídica e evidências de flexibilização por parte da federação brasileira no estado do Amazonas (resolução n 18 de 22 de janeiro de 2018). Essa flexibilidade permite que exista interações de nado e alimentação entre turistas e os botos vermelhos (*Inia geoffrensis*; *Inia boliviensis*), mesmo tais procedimentos sendo estabelecido com viés de combater a caça ilegal dessas espécies, tais ações tendem a causar conflitos ambientalistas quando analisados com viés conservacionista. Tendo em vista que a espécie do boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*) ainda é considerada em perigo de extinção (EN) pela avaliação da Salve (ICMBio, 2023).

A principal ameaça que esses animais sofrem, não é a interação que os turistas têm com eles, mas a pesca ilegal; as mudanças climáticas e a falta de recurso alimentar que ocorre devido as hidrelétricas que estão inseridas na região. Entretanto, o contato com esses animais, considerando que ambos são mamíferos, pode desencadear em trocas de doenças devido as características biológicas e genéticas, facilitando a transmissão de vírus que pode afetar negativamente tanto os seres humanos e os mamíferos marinhos.

Outrossim, é que a prática da alimentação desenvolvida por meio da atividade turística, pode desempenhar o adestramento indireto dos animais na região, desenvolvendo a necessidade de a ocorrência dessas espécies estarem sempre interagindo com os turistas sem o viés de boas práticas, acarretando assim em um turismo massificado e negativo para os animais.

Nessa mesma perspectiva, a flexibilidade na lei e diferentes aspectos legislativo entre elas, pode impactar diretamente o setor do turismo e os profissionais inseridos, causando dualidade em qual seguir por meio do turismo de observação de cetáceos, independentemente de ser em regiões marítimas ou fluviais, além de causar questionamentos e possíveis infrações por empresas clandestinas e turistas que não buscam o viés responsável na prática.

No contexto da Nova Zelândia, o *Department of Conservation* (New Zealand, 2026) estabelece um conjunto de normas voltadas à conservação dos cetáceos, com o objetivo de mitigar os impactos decorrentes do turismo de observação de cetáceos. Essas medidas

abrangem, entre outros aspectos, restrições referentes à distância de aproximação, à velocidade de navegação das embarcações e às modalidades de interação com os animais.

A regulamentação neozelandesa contempla diretrizes específicas conforme o tipo de observação e o grupo de mamíferos marinhos envolvido. Na observação terrestre, por exemplo, determina-se a distância mínima de 20 metros de leões-marinhos e focas. Nas atividades de observação embarcada, as embarcações devem respeitar distâncias que variam de 50 a 300 metros em relação a baleias e golfinhos. Já nas observações aéreas, as aeronaves devem manter distância horizontal mínima de 150 metros. Tais medidas evidenciam a preocupação do país em compatibilizar a atividade turística com a proteção da fauna marinha.

Já nos Açores, em Portugal, o turismo de observação de cetáceos, proíbe por meio do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A (Portugal, 2003), aproximações exorbitantes em situações de descanso, parto ou presença de fêmea com filhote (Fe-fi), bem como proíbe a aproximação de 100 metros delas. O país também determina a proibição de atividade de natação com os cetáceos, regras específicas para avistamento de golfinhos e interações com os animais, além de outras diversas regras previstas pelas instituições portuguesas.

Contudo, mesmo diante das normativas estabelecidas em diferentes países, a literatura científica ainda se dedica à análise dos impactos positivos e negativos da observação embarcada sobre o comportamento dos animais. Nesse sentido, Oliveira (2024) argumenta que embarcações turísticas e atividades de pesquisa sísmica podem alterar os padrões de mergulho, respiração e tempo de descanso dos cetáceos.

Nesse contexto, a observação terrestre apresenta-se como alternativa viável à observação embarcada, podendo ocorrer em mirantes e faixas de areia, espaços que contribuem para a mitigação dos impactos associados ao uso de embarcações motorizadas (Gomes, 2021). No município de Ilhabela (SP), por exemplo, destaca-se a atuação do Instituto Viva Verde Azul, reconhecido como referência em atividades de observação por mirantes. A instituição desenvolve ações voltadas, sobretudo, à educação ambiental e à pesquisa para a conservação da fauna marinha, além de oferecer, mediante agendamento, visitas à sua sede, nas quais os participantes podem vivenciar a experiência de observação com o auxílio de binóculos.

Em Santa Catarina, por sua vez, onde se sobressai a observação da baleia-franca-austral, o turismo de observação de cetáceos embarcada foi suspenso em 2013. Tal medida decorreu de questionamentos apresentados pelo Instituto *Sea Shepherd* Brasil, em 2012, acerca do descumprimento, por embarcações turísticas, das normas de aproximação às baleias. Assim, no período de 2013 a 2016, a atividade permaneceu suspensa na região, em atenção ao princípio da conservação da espécie. Como desdobramento, fortaleceu-se o turismo de observação de

cetáceos em ponto fixo, realizado em praias e costões rochosos, modalidade que passou a constituir importante alternativa para a apreciação dos animais em seu ambiente natural.

Além disso, o Instituto Australis (2025), com vistas à valorização da observação sustentável, desenvolveu um aplicativo e um mapa informativo que indicam a localização dos indivíduos avistados nas últimas 24 horas. Essa ferramenta também disponibiliza a possibilidade de registro das avistagens e das experiências obtidas por meio dessa prática. Tal iniciativa revela-se relevante não apenas como atrativo turístico, mas também como mecanismo de monitoramento e contabilização das baleias que migram pela região, tornando os visitantes e moradores atores sociais fundamentais na produção de informações sobre a fauna marinha e no fortalecimento da sensibilização ambiental.

Como se observa, embora existam alternativas de observação por terra, a região obteve, em 2016, autorização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para o retorno do turismo de observação de cetáceos embarcada (Santa Catarina, 2016). Essa liberação ocorreu em razão do entendimento de que as regras estabelecidas pelo IBAMA seriam suficientes para assegurar a segurança da atividade e a conservação dos cetáceos.

Não obstante os desafios inerentes à atividade de observação, a prática turística, quando vinculada a estratégias de conservação, tem desempenhado papel relevante, ao longo das últimas décadas, na recuperação de populações de cetáceos historicamente impactadas pela caça. Nessa perspectiva, Spanholi (2025) sustenta que o turismo de observação de cetáceos gera efeitos que transcendem os aspectos estritamente financeiros e ambientais, uma vez que favorece a sensibilização social, contribui para o avanço do conhecimento científico sobre esses animais e fomenta incentivos econômicos direcionados à conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Com isso, Zeppel (2009 apud Silva, 2017), reforça que o avistamento de cetáceos pode promover o envolvimento emocional com a vida selvagem marinha, estimulando mudanças de comportamento e engajamento em ações de conservação. Nesse mesmo sentido, é evidente que esse tipo de turismo também gera benefícios aos visitantes, incluindo impactos de caráter mental, físico e educacional, especificamente quando promovido por instituições voltadas à redução da caça marinha e a educação socioambiental.

Nesse mesmo viés, para Silva (2017), em países nos quais a caça predatória desses animais ainda é legalizada, inclusive para consumo, o turismo de avistamento constitui um importante aliado para a conservação das espécies. Como mencionado anteriormente, essa atividade se apresenta como uma alternativa socioeconômica para a manutenção das comunidades locais, ao mesmo tempo em que contribui para a proteção dessas espécies.

3 METODOLOGIA

Para o presente trabalho de conclusão de curso, optou-se pela abordagem quanti-quali, com cunho descritivo, que tem como objetivo compreender se o turismo de observação de cetáceos no Brasil pode ser utilizado como veículo de sensibilização educacional de maneira não-formal por meio dos avistamentos.

Marconi (2022, p.299) descreve a abordagem quantitativa, como um método que busca “obter uma compreensão particular do objeto que investiga.” Segundo a autora, a abordagem não limita apenas à explicação por meio de resultados numéricos, mas de analisar fenômenos investigados dentro do contexto científico. Já para Machado (2023), o enfoque quantitativo se apropria de ocorrências e fatos para traduzir em números opiniões e informações, utilizando assim, técnicas estatísticas.

Diante disso, podemos correlacionar com a abordagem qualitativa, que tem como objetivo preocupa-se com questões sociais que não pode ser quantificada e sim analisada a partir das vivências e observações realizadas pelo pesquisador.

Para Minayo (2001), essa abordagem aprofunda-se nos significados das ações e relações humanas, em um lado não perceptível e não captável pelas equações. Outro viés interessante, é que para Gerhardt e Silveira (2009), os cientistas que se dedicam na abordagem qualitativa buscam compreender o porquê e o significado das coisas, elucidando soluções sem a intenção de quantificar valores ou submeter-se à comprovação de casos, uma vez que seus dados não são mensuráveis e se beneficiam de diversas abordagens.

Assim, ambas as abordagens foram optadas para esse trabalho, pois além da utilização de técnicas para a coleta de dados, a pesquisa pauta em compreender o espaço, as crenças, as emoções e os objetivos dos participantes por meio do objetivo proposto. Com isso, a pesquisa tem como enfoque cunho descritivo, pois segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade primordial a descrição de características de determinada sociedade ou fenômeno.

Como levantamento de revisão bibliográfica, foi realizado o estudo da literatura, o qual consiste em levantar listagens existenciais sobre o tema proposto, utilizando livros, artigos, teses, leis e sites de instituições sem fins lucrativas, como é o caso do ProFRANCA/Instituto Australis e o Viva Instituto Verde Azul.

Assim, Lozada (2018), compreende que o levantamento bibliográfico possibilita a investigação do tema de forma assertiva e fundamentada, com intuito de construir um novo

enfoque ou abordagem, de maneira a identificar conclusões inovadoras e que componham uma gama conceitual na pesquisa. Sendo assim, para que o tema fosse apurado e compreendido, foi utilizado ferramentas digitais, como *Google Scholar*, *ScienceDirect*, *Scielo* e *Scopus* para o aparato de conhecimento. Ademais, autores como Santos (2025), Vieira (2024) e Castellucci (2022) foram de suma importância para a compreensão dos animais marinhos e contexto histórico.

Como técnica de coleta de dados, optou-se pela aplicação de questionários on-line com perguntas fechadas e uma pergunta aberta (pergunta 13). Além disso, a pergunta 10 foi elaborada no formato de múltipla escolha proporcionando aos participantes assinalar mais de uma alternativa. Nesse mesmo sentido, as perguntas foram elaboradas por meio da plataforma *Google Forms* e divulgados nos principais canais de comunicação, a saber: *Instagram*, *Facebook* e *e-mail*. A utilização dessas mídias justificou-se por sua praticidade, acessibilidade ao público-alvo e facilidade na organização dos dados coletados (Mota, 2019). Nessa mesma perspectiva, Veal (2011) destaca que os questionários, de modo geral, são instrumentos amplamente empregados para investigar parcelas da população, possibilitando o alcance de um número mais amplo de participantes.

Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e aos princípios éticos da pesquisa, optou-se por informar previamente a todos os participantes que o questionário seria aplicado em modo anônimo, sem a coleta de informações sensíveis ou potencialmente danosas, assegurando-se, ainda, o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, durante o preenchimento do instrumento.

Nesse mesmo viés, a aplicação do questionário iniciou-se no dia 28 de junho de 2025 e teve sua última resposta no dia 22 de setembro de 2025, mesmo o questionário aberto para novas respostas, foi observado que não teve mais interações. Por fim, mas não menos importante, o questionário recebeu cerca de 74 respostas, sendo todas de forma anônima.

Com o propósito de conhecer de forma mais precisa o perfil do público-alvo da pesquisa, o questionário foi composto por 17 questões, sendo uma única pergunta no formato aberto, no qual foi utilizada para elaboração da nuvem de palavras além de serem organizadas em quatro eixos analíticos (APÊNDICE, p.79). O primeiro eixo reuniu cinco perguntas voltadas à caracterização socioeconômica dos participantes, abrangendo idade, gênero, escolaridade, faixa de renda mensal e região de residência. O segundo eixo foi constituído por duas questões destinadas à identificação do perfil dos respondentes em relação ao ecoturismo, considerando a frequência de viagens por lazer e o hábito de visitar áreas naturais ou participar de atividades ecoturísticas.

O terceiro eixo foi composto por seis questões destinadas à identificação das motivações dos participantes para realizar, ou já ter realizado, atividades de observação de cetáceos. Entre os aspectos investigados, destacaram-se a experiência prévia em atividades de observação de baleias, golfinhos ou outros cetáceos, as principais motivações para participação, as expectativas em relação à vivência proporcionada por essa prática, os elementos capazes de tornar a experiência memorável e o interesse em realizar turismo de observação de cetáceos em ponto fixo com o auxílio de binóculos.

Além disso, uma questão específica foi incluída com o objetivo de identificar os principais meios utilizados pelos participantes para buscar informações sobre experiências turísticas. Por fim, o quarto eixo reuniu quatro perguntas voltadas à análise do viés de sensibilização ambiental dos respondentes, contemplando a percepção acerca da contribuição das atividades de observação de cetáceos para a sensibilização ambiental, a possibilidade de mudança de hábitos e atitudes em relação ao meio ambiente após a experiência, a natureza dessas possíveis mudanças e a disposição em escolher operadores turísticos comprometidos com o cumprimento de normas ambientais e com a manutenção de distância segura dos animais.

Com esse conjunto de questões, buscou-se compreender a percepção do público em relação ao turismo de observação de cetáceos, bem como analisar em que medida essa prática pode favorecer o desenvolvimento da sensibilização ambiental no contexto das atividades turísticas.

Nesse mesmo sentido, o questionário também foi encaminhado, por meio do Instagram, a empresas de ecoturismo e de turismo de observação de fauna, com o objetivo de ampliar sua divulgação de forma estratégica e eficiente. A seleção dessas empresas fundamentou-se no fato de já apresentarem registros de avistamento de cetáceos e estarem localizadas em municípios litorâneos, tais como Ubatuba (SP), Ilhabela (SP), Rio de Janeiro (RJ), Ilhéus (BA), Abrolhos (BA), localidades do litoral de Santa Catarina (SC) e Imbituba (SC). A seguir, apresenta-se a tabela com as empresas selecionadas:

Tabela 1 - 25 Empresas de ecoturismo selecionadas

Empresas	Meio de contato
Baleia Franca Imbituba	Instagram
Rota da baleia Franca	Instagram
Baleias no Noronha	Instagram
Ecoar Turismo	Instagram
Baleias com scaleia	Instagram

Ecoa Brasil	Instagram
Arraial Viagens	Instagram
Mulheres na Trilha	Instagram
Arraial Ecoturismo	Instagram
Baleia Jubarte Praia do Forte	Instagram
Pontistour	Instagram
Ecosul Turismo	Instagram
Ponto Fixo 2	Instagram
Mar e Mar Ilhabela	Instagram
O trilhando por ae	Instagram
Ecoturismo Marinho Boipeba	Instagram
Aves de Noronha	Instagram
Passeios de Dede	Instagram
Abordo. Turismo	Instagram
Ecosaber	Instagram
Whale Watching - RJ	Instagram
Parasail in Rio	Instagram
Capital do mergulho oficial	Instagram
Baleiaavista – BA	Instagram
Escuna em Guarapari – ES	Instagram

Fonte: Autoral (2026).

Nesse mesmo aspecto, os questionários também foram encaminhados para instituições de pesquisa que tem como objetivo a conservação de animais marinhos e observação de cetáceos. Instituições voltada a conservação se faz de suma importância, tendo em vista que é um público de desempenha papel importante para a sensibilização ambiental e avistagens, além de contribuir compartilhando a pesquisa para ecoturistas e pessoas que visa minimizar o impacto ambiental, com isso segue abaixo os nomes das instituições e o por onde foi realizado o contato com cada uma delas:

Tabela 2 – 14 Instituições voltada a conservação

Instituições	Meio de Contato
Viva Instituto Verde Azul	Instagram
Avistar Minas	Instagram
Avistar	Instagram

Parque Marinho de Recife	Instagram
Projeto Baleia a Vista	Instagram
Instituto Amar	Instagram
Farol das Baleias – GEMARS	Instagram
Instituto Orca	Instagram
Fundação Mamíferos Aquáticos	Instagram
Projeto Jubarte	Instagram
Coa Ilhabela	Instagram
APA Baleia Franca – IMCBIO	Instagram
Instituto Caminho Marinho	Instagram
Câmara Turismo Costa Baleias	Instagram

Fonte: Autoral (2026)

Outrossim, foi de suma importância encaminhar o questionário para universidades públicas e privadas que tem como ensino as áreas de biologia e turismo. Nessas organizações, buscamos frisar o público da graduação e pós-graduação, devido ambos os campos trabalhar com as temáticas e com a possibilidade dos discentes ser ideal para esses avistamentos. Como podemos ver abaixo, o envio do questionário para esse público foi de maneira nacional, para que pudesse pegar diversas regiões.

Tabela 3 – 31 Universidades selecionadas

Universidades	Meio de contato
GEMAR (Unesp Botucatu)	Instagram
Turismo – UFRRJ	Instagram
Turismo FURG	Instagram
Turismo UFF	Instagram
Turismo Unespar	Instagram
Turismo UFS	Instagram
Turismo UERJ	Instagram
Turismo UEMS	Instagram
Turismo UNIRIO	Instagram
Turismo UFMA	Instagram
Turismo UFPE	Instagram
Turismo UESPI	Instagram
CAT UFOP	Instagram

CAT UFPA	Instagram
CAT UFMS	Instagram
CAT UERJ	Instagram
UNESP- Rosana	E-mail
UNESP CLP	E-mail
Detur UFOP	E-mail
PPFTUR UFOP	E-mail
TUR UFMS	E-mail
JATUR Unipampa	E-mail
PPGSAT	Instagram
LABCOP UNESP	Instagram
Atlética Biologia UNOESTE	Instagram
PCCBuer – Unimontes	Instagram
PPGSAT – UESC	Instagram
Desmitificando Tubas e Raias	Instagram
CASD Biologia – Unimontes	Instagram
PPGTURPATRI	Instagram
Instituto de Biologia Marinha	Instagram

Fonte: Autoral (2026)

Por fim, mas não menos importante, ocorreu o compartilhamento do questionário por meio dos storys no *Instagram* e repostagens pelo ciclo social da pesquisadora, buscando divulgar de modo acessível para os demais públicos. E, cabe ressaltar também, que a divulgação dos questionários ocorreu em grupos de ecoturistas no *Facebook*, esses grupos têm como público, indivíduos que busca conexão com a natureza, trilhas e atividades em áreas naturais, tendo em vista, que ecoturistas tendem a ter uma motivação para realizar demais atividades voltadas a essa área. Abaixo contém os grupos selecionados:

Tabela 4 – 13 Grupos selecionados de ecoturismo

Grupos de Ecoturismo	Meio de contato
Vitoria Ecoturismo	Facebook
Ecoturismo Bioventura	Facebook
Defender EcoTurismo	Facebook
Turismo Ecológico	Facebook
Ecoturismo Brasil	Facebook

Guia de Ecoturismo	Facebook
Turistas, turismólogos e afins	Facebook
Ecoturismo e festas	Facebook
Viagens - Ecoturismo (RJ)	Facebook
Ecoturismo: Brasil & Mundo	Facebook
Ecoturismo & Viagem/ RJ	Facebook
Turismo de Aventura – PE	Facebook
Amigos de Trilhas - Ecoturismo	Facebook

Fonte: Autoral (2026)

Como delimitação de amostragem, utilizou-se as 74 respostas coletadas nas 16 perguntas de cunho fechada, tendo em vista que as respostas seguiram uma padronização delimitada do questionário. Já no aspecto da nuvem de palavras, dos 74 respondentes, tivemos uma amostragem de 51 respostas, sendo detectado 23 indivíduos que optaram por não evidenciar o que mudaria no seu cotidiano, tendo em vista, que a resposta acabava se designando para aqueles que inicialmente demonstrou ter um interesse em rever seus impactos pós turismo de observação de cetáceos.

Para análise de dados, optou-se por gráficos quantitativos no formato de pizza e coluna gerados pelo programa de *Excel*, no qual terá como descrição as porcentagens e respostas, de modo que a compreensão seja clara e objetiva nos resultados. Pois a utilização de elementos gráficos nas apresentações de resultados em pesquisas, pode corresponder a uma seção importante para o entendimento final da pesquisa (Lozada, 2018).

Ademais, para entender a relação emocional, a sensibilização ambiental e a atividade de avistamento, optou-se por utilizar nuvem de palavras gerada pelo *Chat Gpt*, tendo em vista que o *Wordle.net* original foi desativado e o *Word art* não supriu as necessidades. Essa aplicação, é recomendada por McNaught e Lam (2010) para confecções de nuvens de palavras em pesquisas qualitativas. Assim, para compreender quais são as principais palavras que os participantes mais citaram nas respostas, utilizamos as frases inteiras em modo português no aplicativo com viés de não excluir nenhuma palavra descrita.

Em suma, diante da nuvem de palavra, foi imprescindível escolher a análise qualitativa e para a evidenciar as respostas por meio de levantamento de bibliografia, pois diante da construção do conhecimento será possível a interpretação dos resultados e solucionar o objetivo principal do trabalho de conclusão de curso.

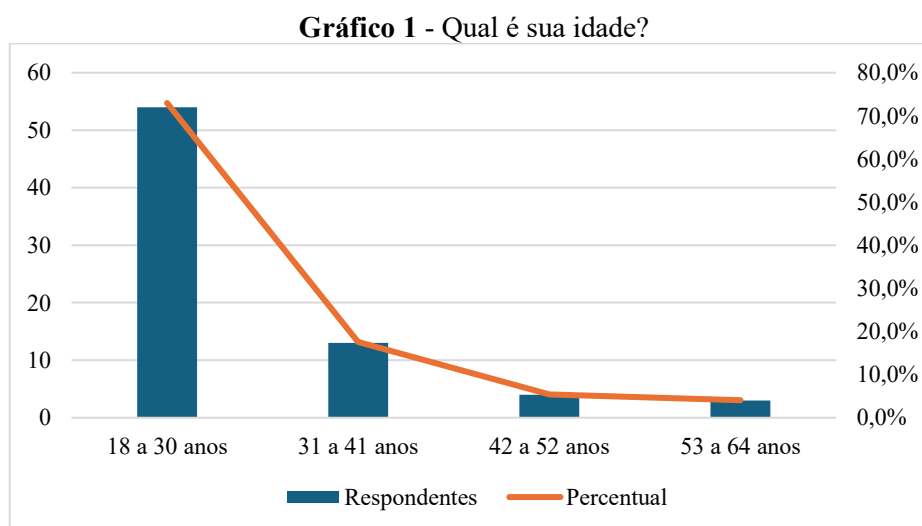
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção teve como foco atender os objetivos gerais e específicos propostos por essa pesquisa, de modo a compreender se os turistas que buscam o turismo de observação de cetáceos, podem ser sensibilizados ambientalmente dessa prática turística, igualmente identificar o perfil alcançado.

É válido ressaltar que a seção foi dividida em duas partes: a primeira visa identificar o perfil socioeconômico do público que participou do questionário on-line, e a segunda destina-se à análise ambiental e educacional. Outrossim, em ambos os segmentos, também descrevemos inicialmente os gráficos obtidos, para fins de comprovação quantitativa, e, em seguida, foram apresentadas as discussões.

4.1 Perfil dos participantes

A compreensão do perfil da demanda turística constitui etapa fundamental para a análise e o planejamento da atividade. No contexto do turismo de observação de cetáceos, essa premissa igualmente se aplica, uma vez que a identificação dos impactos decorrentes da prática, assim como das principais necessidades e possibilidades de desenvolvimento, requer o conhecimento das características do público participante. Nesse sentido, o Gráfico 01, apresentado a seguir, expõe a distribuição etária dos participantes, informação relevante para o início dessa análise.



Fonte: Autoral (2026)

Diante do Gráfico 1, pode-se verificar que 73% (54) dos participantes têm cerca de 18 a 30 anos, 17% (13) têm cerca de 31 a 41 anos, 5,4% (4) têm 42 a 52 anos, 4,1% (3) têm 53 a

64 anos e 0% tem mais de 65 anos. Sendo assim, diante do gráfico exposto, pode-se perceber que o perfil dos participantes se concentrou no grupo jovial.

Estudos demonstram que a faixa etária mais jovem está fortemente ligada ao perfil de ecoturistas, tendo em vista a necessidade, presente nesse grupo, de vivências voltadas ao autoconhecimento. O MTur (2010), já considerava o ecoturismo um mecanismo de interligação com outros segmentos, com viés da diversificação de público para o mercado turístico, tendo em consideração que esse segmento já atraía prioritariamente perfis familiares e jovens em ambientes naturais.

Nesse mesmo sentido, em 2010, o Ministério do Turismo (MTur) lançou uma cartilha com orientações básicas sobre ecoturismo, na qual se evidenciou, mais uma vez, que o principal perfil etário desses indivíduos se concentra na faixa de 18 a 29 anos. Além disso, esse público apresenta, como valores, o respeito ao ambiente natural e social, sendo também caracterizado por não buscar o auxílio de agências turísticas.

Nesse mesmo viés, percebe-se também que políticas públicas de turismo voltadas para os jovens, podem beneficiar a economia e o aspecto de lazer, juntamente com o desenvolvimento do turismo, seja ela com fins ambientais ou socioculturais. No ano de 2025, a secretaria geral do governo do Brasil registrou mais de 1 milhão e 400 mil jovens ativos com a carteira virtual, ID jovem (Identidade Jovem), e aproximadamente 7 milhões de identidades geradas desde a criação desse programa. Isso demonstra, que jovens de 15 a 29 anos, tem progressivamente utilizado as políticas públicas para acessarem locais de lazer e viagens, tendo em vista que o programa garante a gratuidade ou 50% da isenção do valor das passagens rodoviárias.

Outrossim, a revista Sou Ciência, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em publicação de 2025, destacou que os jovens têm se mostrado cada vez mais atentos e preocupados com as mudanças climáticas e com a conservação ambiental. Tal constatação sugere que esse sentimento de preocupação e o interesse por práticas voltadas à melhoria das condições ambientais se refletem diretamente nos espaços e atividades com os quais esse público busca se envolver, dentre os quais se destaca o ecoturismo.

Nessa perspectiva, o ecoturismo configura-se como um segmento capaz de promover a conexão entre o ser humano e o meio ambiente por meio de diferentes estratégias de vivência e sensibilização, atribuindo ao indivíduo uma conduta orientada ao bem-estar e à valorização ambiental, bem como à reflexão acerca dos impactos produzidos no espaço em que está inserido (Fernandes, 2023).

Por conseguinte, os dados também evidenciam que a faixa etária de 42 anos ou mais não apresentou participação expressiva na pesquisa, o que pode ser analisado sob duas perspectivas. A primeira refere-se ao próprio processo de aplicação do questionário, que foi disseminado em universidades e mídias sociais, alcançando de forma mais significativa o público jovem. A segunda diz respeito às possíveis limitações de tempo e de acesso desse grupo etário às atividades desenvolvidas em ambientes naturais, sejam elas relacionadas à observação da fauna ou da flora.

Nesse contexto, Barreto (2002) descreve o turista dirigido como aquele que organiza suas viagens de acordo com períodos previamente definidos, tais como colônias de férias, temporadas de veraneio ou momentos específicos do ano, apresentando menor autonomia em suas práticas de deslocamento. A partir dessa concepção, é possível estabelecer uma correlação com a menor participação da faixa etária de 42 anos ou mais, considerando que parcela significativa da população brasileira dispõe de férias apenas uma vez ao ano e está submetida a jornadas de trabalho exaustivas, fatores que podem restringir o tempo disponível e o acesso às atividades turísticas em áreas naturais.

Já para Oliveira (2025), no aspecto da terceira idade no Brasil, as barreiras físicas, socioculturais e econômicas são desafiadoras para que eles tenham acesso ao turismo ambiental, tendo em vista, que muitos vivem com rendas limitadas, e as atividades de ecoturismo não são acessíveis financeiramente. Logo, percebe-se que além das barreiras que esses grupos estão inseridos e a sua dificuldade ao acesso nas atividades ambientais, a pesquisa pode ter tido uma abrangência maior do grupo jovem devido as técnicas de compartilhamento escolhidas.

Outro fator relevante para caracterizar o perfil dos participantes refere-se ao gênero, uma vez que essa variável consegue identificar quais grupos tiveram predominância na pesquisa, conforme demonstra o Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Qual seu gênero?

Fonte: Autoral (2026)

Conforme visto no gráfico 2, verifica-se que 77% (57) dos participantes declaram-se do gênero feminino, 20,3% (15) se identificam com o gênero masculino e 2,7% (2) se auto reconhecem como não binários.

A ampliação da participação feminina no turismo e, de modo particular, no ecoturismo, revela mudanças sociais relevantes no que se refere à autonomia das mulheres sobre seus deslocamentos, experiências de lazer e formas de apropriação do espaço. Dados do Guia de Mulheres que Viajam Sozinhas (MTur, 2025) indicam que 62,4% das mulheres que viajam sozinhas buscam experiências relacionadas ao ecoturismo. O mesmo documento assinala que as viagens femininas são motivadas por diferentes interesses e finalidades, o que impede interpretações reducionistas acerca desse fenômeno.

Nessa linha, Batista (2024) argumenta que o turismo pode constituir, para as mulheres, um campo de exercício de potência, desenvolvimento de capacidades e enfrentamento de desafios, repercutindo em processos de transformação pessoal. Tal processo adquire maior relevância quando considerado em perspectiva histórica, dado que a mobilidade feminina, durante longos períodos, esteve submetida a normas sociais que restringiam a possibilidade de viajar de forma autônoma. Assim, o crescimento da presença feminina no turismo contemporâneo pode ser compreendido não apenas como ampliação quantitativa da participação, mas também como expressão de mudanças socioculturais nas relações de gênero e no acesso ao lazer e à circulação.

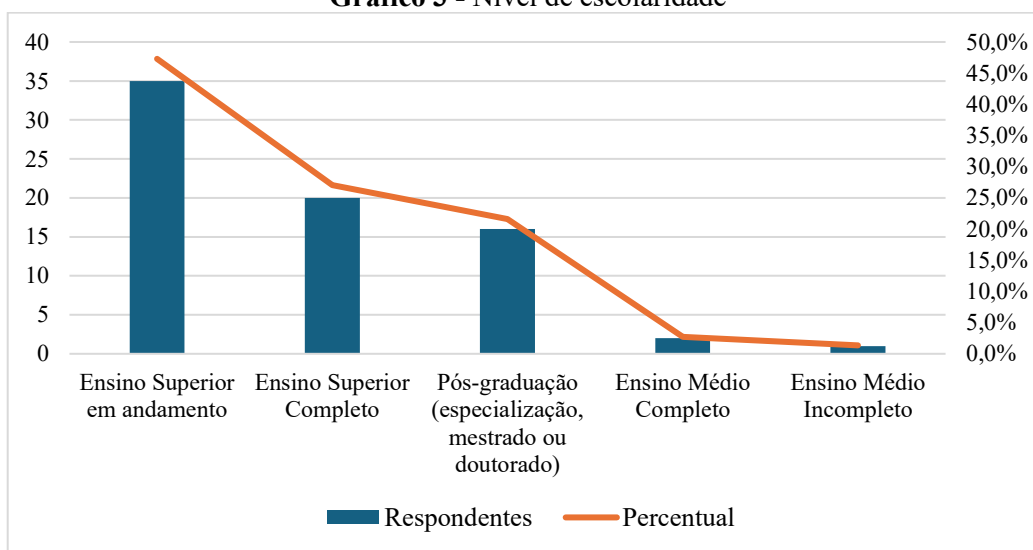
Associada a esse processo, a literatura aponta que a presença das mulheres no ecoturismo também pode se relacionar a práticas e percepções mais sensíveis às questões ambientais. No campo da educação ambiental, alguns estudos indicam que as mulheres tendem a demonstrar maior sensibilização frente à conservação ambiental durante suas experiências turísticas. Conforme Batista (2024), esse movimento evidencia não apenas liberdade e flexibilidade nos deslocamentos, mas também uma consciência ambiental articulada à percepção dos riscos e à adoção de medidas necessárias para a realização de experiências satisfatórias e seguras.

Os dados mostram também a participação masculina em atividades ligadas ao ecoturismo, porém em escala menor, se comparada a porcentagem feminina. O público masculino de modo geral, possuem alta valorização e inserção em todas as esferas comparadas ao gênero feminino. Nessa perspectiva, Minasi (2022) afirma que a disparidade impulsionada pelo preconceito de gênero está associada a desvantagens estruturais que impedem as mulheres de se aproximar dos lugares que os homens já estão inseridos, seja no âmbito profissional quanto nas experiências de lazer no setor turístico.

Nessa direção, pesquisas do Ministério do Turismo, realizadas desde 2013, já indicavam maior frequência de viagens entre os homens em comparação às mulheres, aspecto relacionado, em parte, às desigualdades socioeconômicas ainda persistentes no contexto brasileiro.

Desse modo, o predomínio feminino identificado neste estudo não deve ser lido como sinal de baixa inserção masculina no ecoturismo ou na observação de cetáceos, mas como evidência de uma configuração específica da amostra investigada e, possivelmente, de transformações recentes no perfil da demanda turística.

Após a análise da distribuição dos respondentes por gênero, bem como da expressiva participação feminina observada no gráfico anterior, busca-se, neste momento, compreender o nível de escolaridade dessa demanda turística específica. Para isso, apresenta-se o Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 - Nível de escolaridade

Fonte: Autoral (2026)

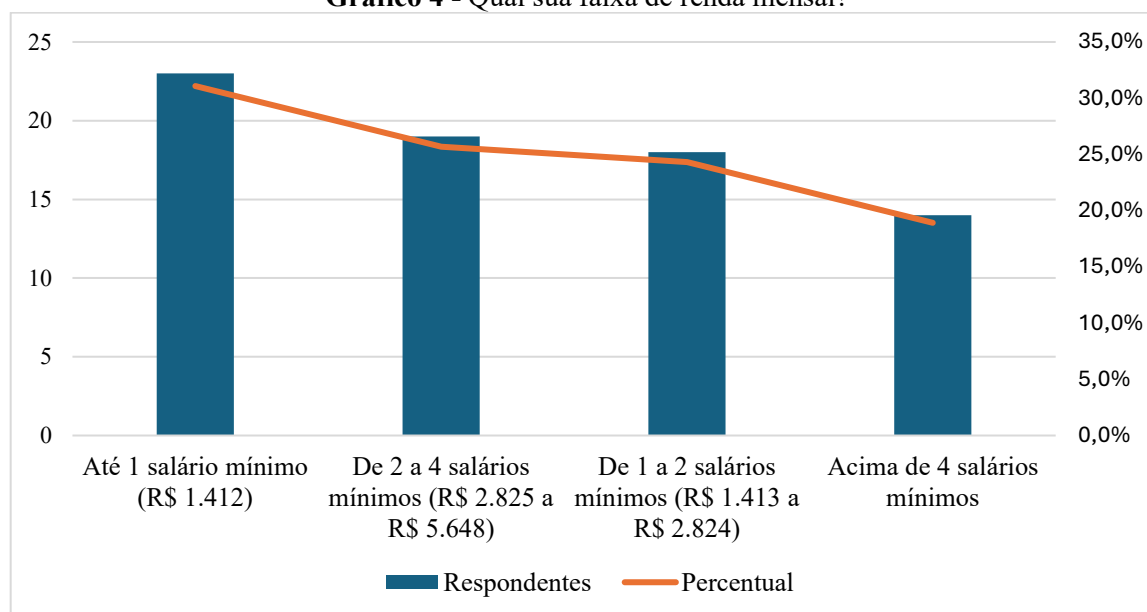
Em virtude do Gráfico 3, pode-se verificar que 47,3% (35) dos participantes possuem ensino superior em andamento, 27% (20) possuem nível superior completo, 21,6% (16) possuem pós-graduação, 2,7% (2) possuem ensino médio completo e 1,4% (1) possuem ensino médio incompleto, já as opções do ensino fundamental completo e incompleto, não obtiveram nenhuma resposta.

Os dados indicam que o público alcançado pela pesquisa apresenta elevado nível de escolaridade, aspecto que contribui para a reflexão acerca do perfil da demanda que participa de atividades em áreas naturais, seja em razão de processos de identificação com esse segmento, seja em função de repertórios formativos e conhecimentos acumulados ao longo do tempo. Nesse sentido, os resultados podem ser correlacionados com Silva (2023), autora que assinala que os ecoturistas, em geral, tendem a apresentar bons níveis de escolaridade, além de maior compreensão e interesse em relação às necessidades de conservação do meio ambiente e dos atrativos ecoturísticos.

No entanto, é importante destacar que tais resultados não permitem a generalização, apenas demonstram que, no universo investigado, esse foi o perfil predominante entre os respondentes alcançados pela pesquisa.

Outro aspecto interessante a analisar, é que diante do gráfico de escolaridade, percebe-se que as mulheres que participaram do estudo, possuem nível de escolaridade elevado, demonstrando assim níveis de conhecimento equivalente ao do gênero masculino.

Outro dado importante sobre o perfil da demanda, é a renda, a qual é demonstrada no Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 - Qual sua faixa de renda mensal?

Fonte: Autoral (2026)

O Gráfico 4 demonstra que 31% (23) dos participantes possuem até um salário-mínimo como fonte de renda; 25,7% (19) recebem de 2 a 4 salários-mínimos; 24,3% (18), de 1 a 2 salários-mínimos; e 18% (14) possuem renda acima de 4 salários-mínimos. Ressalta-se que, no período da coleta de dados, o salário-mínimo correspondia a R\$ 1.412,00 e que, em 2026, esse valor foi reajustado em 14,80%, alcançando R\$ 1.621,00. No entanto, esse reajuste não representa um índice suficientemente expressivo para alterar a classificação socioeconômica dos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, o gráfico demonstra que, embora a renda dos participantes não apresente discrepâncias acentuadas, observa-se que grande parte dos indivíduos se enquadra nas classes socioeconômicas D e E. Acredita-se que essa distribuição esteja relacionada, em parte, à faixa etária do público pesquisado, uma vez que a maioria dos respondentes é composta por jovens, grupo que, em geral, ainda se encontra em fase de inserção no mercado de trabalho ou de consolidação de sua autonomia financeira.

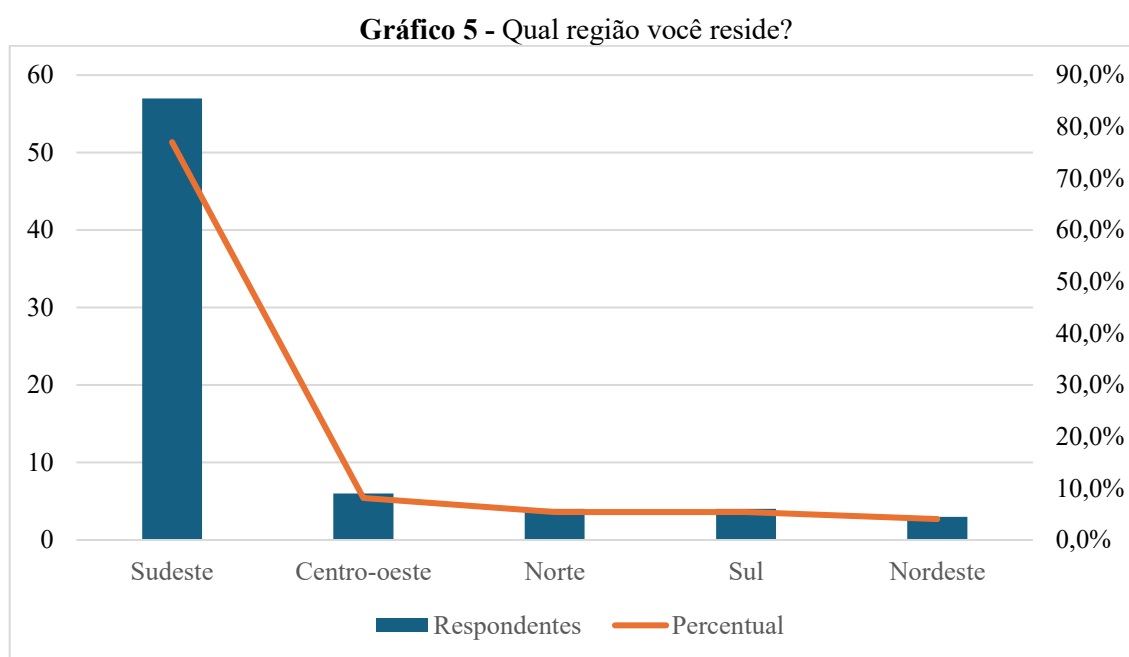
É importante destacar também que historicamente, os indivíduos pertencentes a essas classes (E e D) foram marginalizados e, por muito tempo, não usufruíram de espaços e atividades turísticas, sobretudo em razão das limitações econômicas e das extensas jornadas de trabalho. De acordo com Sousa (2023), com os avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Industrial, as empresas de viagens promoveram a redução dos valores das passagens com o objetivo de popularizar o turismo. Entretanto, grande parcela da população permaneceu excluída desse processo, especialmente em decorrência das jornadas de trabalho que chegavam a 14 horas diárias. Nessa mesma perspectiva, observa-se que, no cenário atual, mesmo diante

da existência de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso ao turismo, a exclusão social ainda se faz presente no cenário turístico.

No caso do turismo de observação de baleias, segundo Spanholi (2025), destacam a existência de diálogos e debates acerca do fato de a atividade de observação de cetáceos ser tradicionalmente associada a um público elitizado, em razão dos custos envolvidos na experiência turística. Os pesquisadores também ressaltam a importância de ampliar o acesso a essa atividade para diferentes grupos sociais, promovendo, assim, uma distribuição mais ampla dos benefícios gerados pelo turismo.

Em contraste com as afirmações dos autores supracitados, os resultados evidenciam a predominância de participantes pertencentes à classe média, o que permite compreender que o interesse pela observação de baleias não se restringe aos grupos economicamente mais favorecidos. Esse resultado indica que o desejo de vivenciar experiências de contato com a fauna marinha ultrapassa barreiras econômicas, alcançando diferentes segmentos sociais. Nesse contexto, reforça-se a importância da formulação de estratégias que favoreçam o acolhimento, a acessibilidade e a inclusão desses públicos no turismo de observação de cetáceos, de modo a ampliar sua participação e potencializar a democratização dessa atividade.

Para além do aspecto socioeconômico, é fundamental identificar onde esses grupos têm se concentrado. Para isso, apresenta-se abaixo o Gráfico 5:



Fonte: Autoral (2026)

Por meio do Gráfico 5 identifica-se que 77% (57) dos participantes habitam a região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); 8,1% (6) a região Centro-

Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal); 5,4% (4) a região Sul (Paraná, Rio grande do Sul e Santa Catarina); 5,4% (4) a região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 4,1% (3) a região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

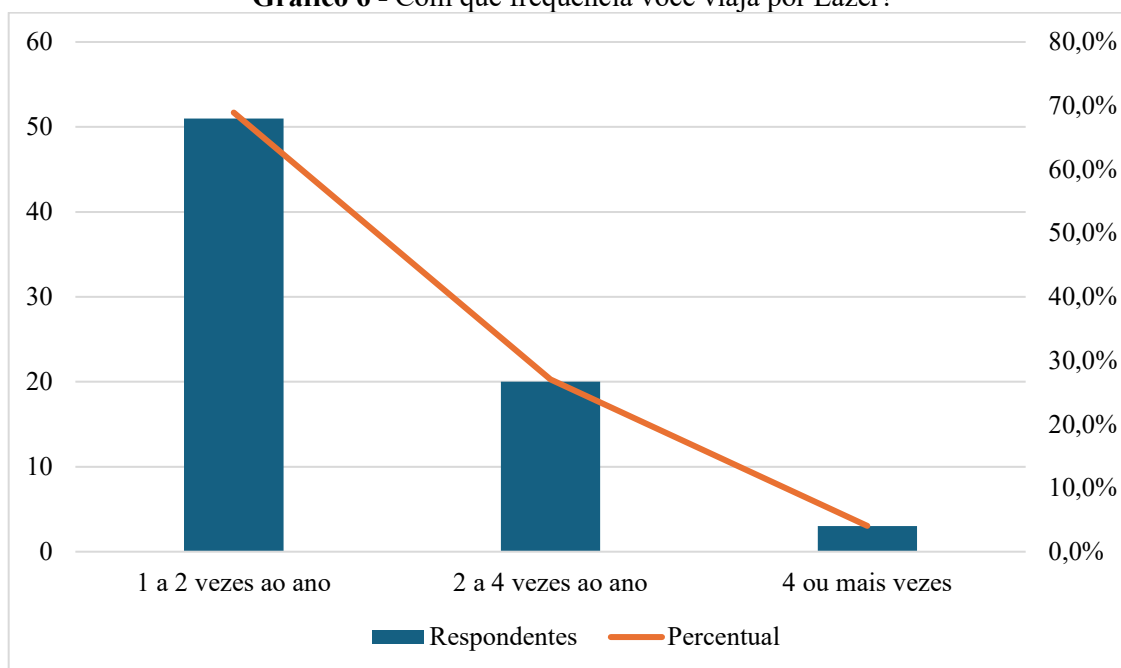
A predominância de participantes da região Sudeste do Brasil pode ser explicada, em primeiro lugar, pela elevada concentração populacional regional. De acordo com o IBGE (2023), o Sudeste concentra 84,8 milhões de habitantes, o que equivale a 41,8% da população brasileira, fator que tende a influenciar diretamente sua maior representatividade na amostra.

Em segundo lugar, deve-se considerar que a região também se destaca por reunir áreas ambientalmente relevantes e destinos em que o turismo de observação de cetáceos apresenta crescimento significativo. Cidades como Rio de Janeiro/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Ilhabela/SP, Ubatuba/SP e Vitória/ES vêm ampliando investimentos nesse tipo de atividade, favorecendo maior circulação de informações, visibilidade do segmento e interesse da população por modalidades turísticas vinculadas ao contato com a natureza.

Por outro lado, embora as regiões do Norte, Sul e Nordeste tenham apresentado um número expressivamente baixo de participantes, essas regiões merecem destaques por abrigar locais com maiores consolidadoras de turismo no segmento da observação. Gomes (2022) destaca que o TOC tem um número expressivo de áreas legalmente protegidos na Bahia e em Santa Catarina, devido a diversidade de espécies marinhas presentes nessas regiões. Tal qual a região norte, na Amazonia, que desenvolve a atividade de observação de cetáceos em águas doces.

Desse modo, a baixa participação de indivíduos das regiões Nordeste e Sul não deve ser compreendida como reflexo de menor interesse da população por essa atividade turística, mas, possivelmente, como resultado das limitações associadas ao alcance do questionário e aos meios empregados em sua disseminação. Nessa perspectiva, compreende-se que os resultados apontam para a necessidade de aprofundar investigações futuras nessas regiões, tendo em vista sua importância para o turismo de observação de cetáceos.

Para além da região de origem da demanda, buscou-se identificar a frequência que eles viajam, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Com que frequência você viaja por Lazer?

Fonte: Autoral (2026)

Por meio do Gráfico 6, observa-se que 68,9% (51) dos participantes viajam de uma a duas vezes ao ano, 27,0% (20) realizam entre duas e quatro viagens anuais e 4,1% (3) viajam quatro vezes ou mais ao longo do ano. Esses dados indicam a predominância de uma frequência de deslocamentos turísticos relativamente moderada entre os respondentes.

No âmbito do lazer, a interpretação desse resultado requer a articulação com variáveis sociodemográficas, como faixa etária, gênero e renda, a fim de compreender a predominância de indivíduos que viajam entre uma e duas vezes por ano. Nesse contexto, a inserção dos sujeitos no consumo turístico está associada, em grande medida, à sua disponibilidade econômica, embora não se restrinja exclusivamente a ela.

Segundo Beni (2009), a demanda turística caracteriza-se por seu caráter dinâmico, não podendo ser explicada apenas por fatores estritamente econômicos, mas também por transformações culturais, motivações subjetivas e estratégias de promoção dos destinos turísticos. Dessa forma, além dos condicionantes econômicos e sociais, a frequência de viagens dos participantes pode estar relacionada aos interesses, hábitos e prioridades construídos em seu cotidiano.

Adicionalmente, dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2026) indicam que, no mês de abril, a tarifa aérea real média em todas as rotas domésticas foi de R\$ 669,41 por trecho, representando aumento de 9% em relação a abril de 2025. O mesmo levantamento aponta, ainda, elevação de 40,7% nos custos com combustível, fator que tende a

repercutir diretamente sobre o preço final das viagens. Nessa perspectiva, Gomes (2025) reflete que, o turismo é uma experiência de lazer e que sua vivência em território nacional envolve barreiras para muitos grupos sociais, sobretudo em sociedades marcadas por desigualdades socioeconômicas.

À luz desses dados, pode-se compreender que, entre os participantes que viajam de uma a duas vezes ao ano e pertencem às classes econômicas D e E, o aumento dos custos de deslocamento impacta diretamente a possibilidade de realização de viagens com maior frequência.

Por outro lado, nota-se que uma porcentagem relevante dos participantes viaja entre duas e quatro vezes ou mais no ano, demonstrando uma flexibilidade de agenda e financeira desses indivíduos.

Para concluir esta análise, cabe destacar que, no contexto do turismo de observação de cetáceos, tais fatores assumem especial relevância, uma vez que essa atividade se desenvolve, em grande medida, nos litorais brasileiros, exigindo deslocamento, planejamento prévio e disponibilidade financeira por parte dos indivíduos. Nesse sentido, a participação nesse tipo de atividade turística está diretamente condicionada à condição socioeconômica efetiva da demanda turística.

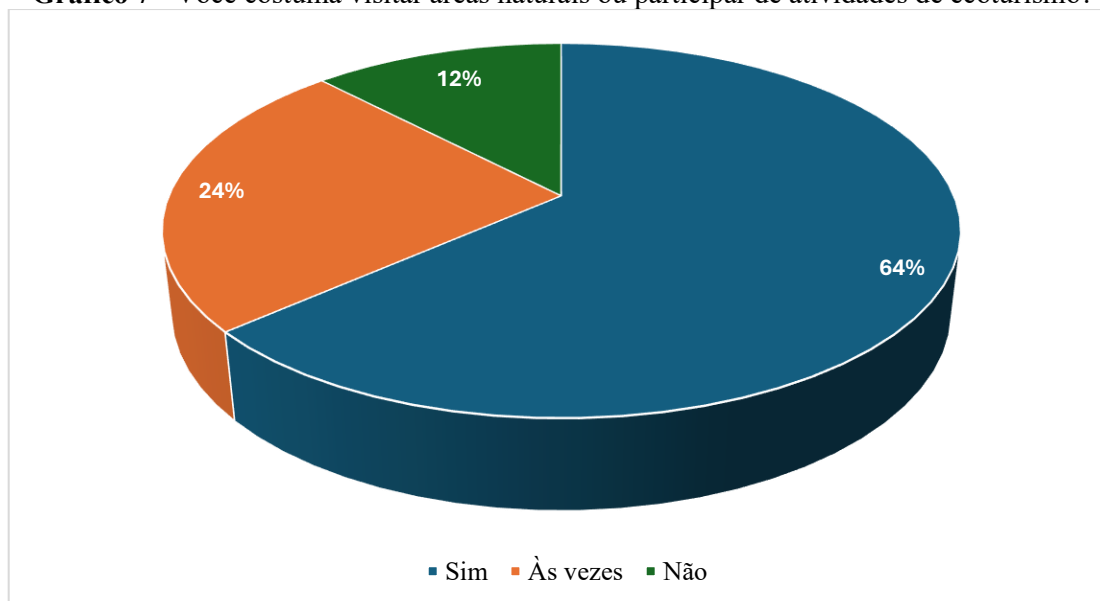
Em síntese, a discussão apresentada para o perfil da demanda turística direcionada ao turismo de observação de cetáceos, evidencia que indivíduos jovens e pertencentes, sobretudo, à classe média têm buscado maior inserção em áreas naturais, especialmente em ambientes marinhos. Ademais, a composição da amostra sugere que o turismo de observação de cetáceos vem se tornando progressivamente mais acessível também a segmentos das classes média e baixa da sociedade brasileira, aspecto que suscita reflexões relevantes acerca da democratização dessa prática e de seus possíveis impactos sobre os participantes após a experiência embarcada.

4.2 Turismo de Observação e Sensibilização

Este tópico tem como objetivo identificar as motivações que levam os participantes a realizar o turismo de observação de cetáceos, bem como compreender em que medida essa atividade pode promover mudanças na percepção ambiental dos indivíduos. Busca-se, ainda, analisar se essa experiência contribui para a valorização do ecossistema marinho, com especial atenção aos cetáceos, espécies que, historicamente, foram alvo recorrente de práticas de caça por diversos países. Nesse contexto, o Gráfico 07 contribui para a compreensão do nível de

familiaridade dos respondentes com práticas turísticas voltadas ao contato com ambientes naturais.

Gráfico 7 - Você costuma visitar áreas naturais ou participar de atividades de ecoturismo?



Fonte: Autoral (2026)

O Gráfico 7 demonstra que 63,5% (47) dos participantes costumam participar de atividades com foco em áreas naturais, 24,3% (18) participam às vezes de turismo com esse enfoque e 12,2% (9) disseram que não costumam buscar o segmento de turismo em áreas naturais.

Os dados demonstram a predominância de participantes envolvidos em atividades ligadas ao ecoturismo, o que pode estar associado ao perfil alcançado nesta pesquisa. Considerando que o ecoturismo e o perfil do ecoturista se baseiam no contato com a natureza, na promoção do respeito ao meio ambiente, no desenvolvimento da comunidade local, bem como no conhecimento e no interesse pela conservação, torna-se possível compreender essa tendência entre os respondentes (Santos, 2024).

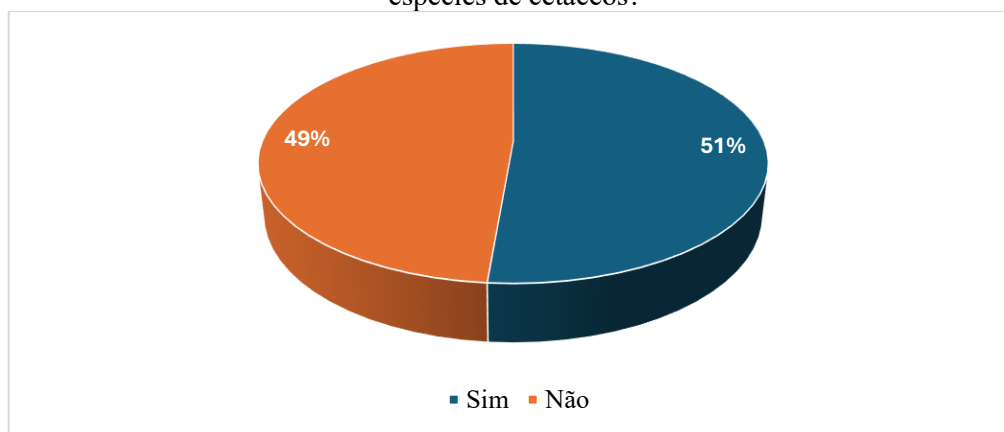
Tal resultado dialoga com estudos que apontam que, cada vez mais, os brasileiros têm desenvolvido a necessidade de estar em contato com a natureza, especialmente em decorrência do período pandêmico da Covid-19. Nesse contexto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2026, divulgou que as Unidades de Conservação (UCs) registraram um recorde de 28,5 milhões de visitantes em 2025, distribuídos em cerca de 175 unidades em todo o Brasil. Desse modo, observa-se que os brasileiros vêm buscando maior proximidade com ambientes naturais. Sob essa perspectiva, considerando que parte dos participantes desta pesquisa reside na Região Sudeste, caracterizada por elevado grau de

urbanização, é plausível supor que esses indivíduos tendam a buscar, em seus momentos de lazer, regiões mais calmas e tranquilas, associadas ao contato com a natureza.

Por outro lado, uma parcela menor dos participantes, afirmou não buscar por atividades ligadas a áreas naturais ou de ecoturismo, e isso pode ter uma ligação direta na facilidade dos brasileiros em consumir atividades de turismo de massa, de ser economicamente mais barato ou de ser apenas uma preferência pessoal dos indivíduos. Esse típico turista de massa, pode ser caracterizado por indivíduos de classe média, cujo valores e renda financeira fazem com que viagem a lugares conhecidos dentro da sua bolha turísticas (Barretto, 2002).

Por outro lado, ao analisar a atividade de turismo de observação de cetáceos, percebe-se que parte dos indivíduos demonstra interesse por esse segmento turístico, tendo inclusive relatado experiências prévias nessa prática. Tal constatação pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Você já participou de alguma atividade de observação de baleias, golfinhos ou outras espécies de cetáceos?



Fonte: Autoral (2026)

Observa-se que 51,4% (38) dos respondentes afirmaram que já participaram de atividades relacionadas a observação de cetáceos, enquanto 48,6% (36) não participaram de nenhum tipo de observação com esses animais.

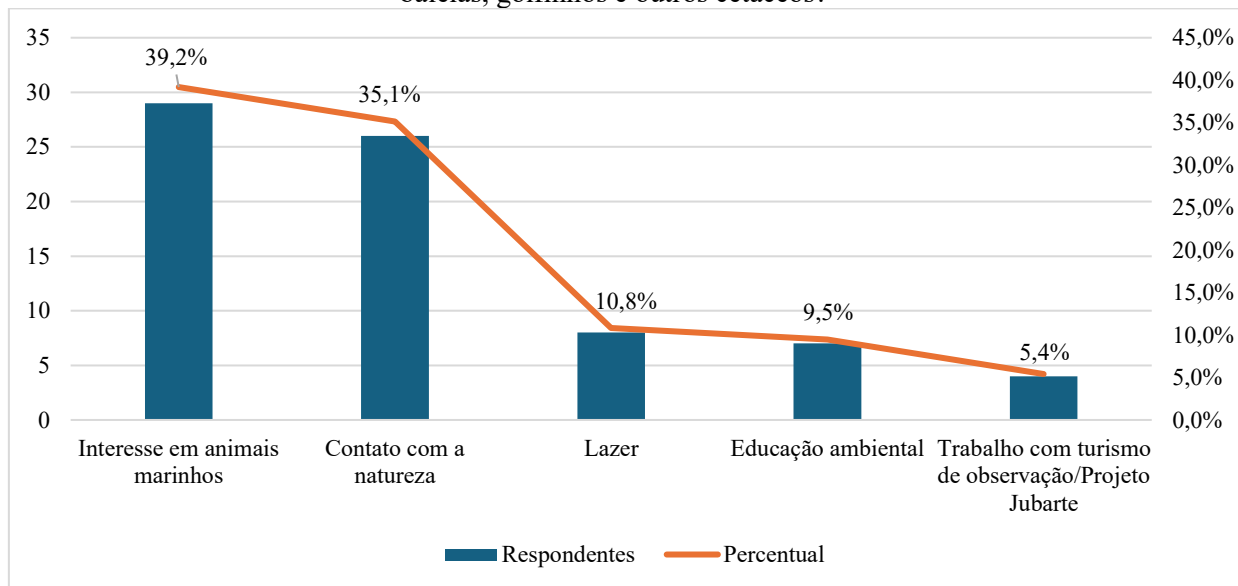
No que diz respeito à atividade de turismo de observação de cetáceos, nota-se que o gráfico apresentou uma distribuição equilibrada, uma vez que metade dos participantes já vivenciou a experiência de observar cetáceos, enquanto a outra metade não. Esse resultado demonstra que, embora a atividade seja considerada onerosa e elitizada (Spanholi, 2025), os indivíduos ainda tendem a buscar, de modo geral, práticas relacionadas à fauna, com foco na experiência e na educação ambiental, independentemente de sua condição socioeconômica.

Tais resultados podem ser relacionados às contribuições de Junior (2017), o qual afirmar que o turismo de observação da vida selvagem em áreas marinhas e costeiras proporciona benefícios socioeducacionais, psicológicos e de sensibilização ambiental aos visitantes que avistam animais marinhos. A partir desse contexto, compreende-se que o interesse por esse tipo de atividade não se restringe apenas ao lazer, mas também envolve dimensões educativas, emocionais e de sensibilização ambiental. Além disso, a crescente influência das redes sociais tem contribuído para ampliar a visibilidade desse tipo de destino e de atividade turística (Melo, 2022). Em consequência, espaços anteriormente pouco conhecidos, como algumas áreas naturais, vêm sendo progressivamente popularizados, o que pode favorecer o interesse e a procura por experiências de observação da fauna, como também possibilitar impactos negativos – caso não haja um planejamento turístico adequado.

Logo, a expansão da atividade de observação ainda não pode ser considerada um atrativo massificado, tendo em vista que os números relacionados ao quantitativo da demanda turística permanecem baixos. Contudo, mostra-se pertinente que estudos futuros investiguem os impactos negativos que essa atividade já pode ocasionar aos animais, especialmente no que se refere às alterações comportamentais (Junior, 2017), bem como os efeitos que uma eventual massificação poderá acarretar, futuramente, para a comunidade local e para o ambiente marinho.

Outrossim, os deslocamentos humanos e a escolha dos destinos turísticos estão intimamente relacionados às motivações que orientam os indivíduos. Nesse sentido, torna-se necessário compreender quais fatores motivacionais levam os turistas a desejarem vivenciar a observação dos cetáceos.

Gráfico 9 - Qual seria sua principal motivação para participar de uma atividade de observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos?



Fonte: Autoral (2026)

Sobre o aspecto da motivação, o Gráfico 9 demonstrou que 39,2% (29) dos participantes têm como motivação o interesse em animais marinhos, enquanto 35,1% (25) buscam estar em contato com a natureza, 10,8% (8) motivam-se pelo lazer, 9,5% (7) pela educação ambiental, 5,4% (4) pelo trabalho com o turismo de observação de cetáceos.

Diante disso, verifica-se que uma parcela dos participantes demonstra ter, como motivação para a realização dessa atividade turística, o contato com animais marinhos, em específico os cetáceos. Tal motivação já havia sido descrita por Santos (2006), ao abordar as diferentes formas de afeição que o ser humano desenvolve.

Nessa mesma perspectiva, Vidal. (2022) ressaltam que atividades turísticas ligadas a animais silvestres, quando bem planejadas e estruturadas, podem gerar impactos positivos, uma vez que o contato direto com os animais amplia a curiosidade das pessoas e pode se constituir em uma importante ferramenta de sensibilização ambiental, além de favorecer o apoio e o estímulo financeiro à conservação.

Por conseguinte, nessa mesma lógica, é possível correlacionar os participantes que evidenciaram como principal motivação o contato com a natureza, tendo em vista que ambos os elementos estão interligados — natureza e animais —, não sendo possível dissociá-los. Estudos já afirmam que o contato do ser humano com a natureza é essencial e produz impactos positivos. Nunes (2025), por exemplo, destaca que o contato com a natureza, aliado à observação da biodiversidade da fauna e da flora, tem gerado efeitos benéficos ao bem-estar humano, tanto nas esferas físicas quanto psicológicas.

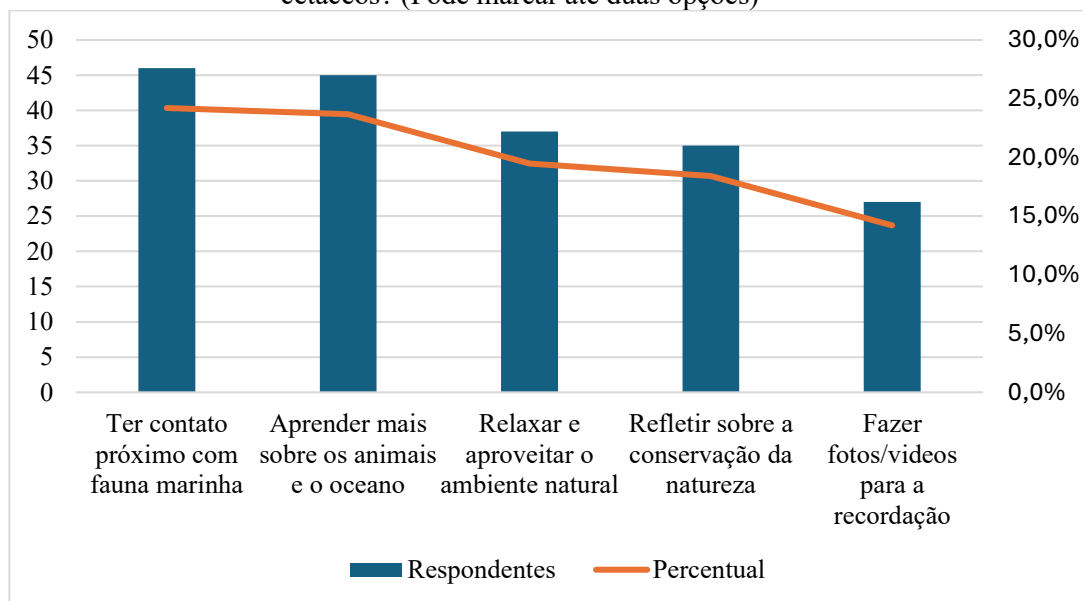
No que se refere ao lazer, percebe-se também que uma parcela dos participantes identifica a atividade de observação de cetáceos como uma possibilidade de “descanso”, sem, necessariamente, associá-la a questões ambientais. Isso não significa, contudo, um aspecto negativo, mas evidencia a possibilidade de o turismo de observação em áreas naturais ser compreendido, por determinado grupo, como uma forma de entretenimento. A escolha dessa atividade turística por esse grupo pode estar, inicialmente, associada apenas a aspectos de lazer, contudo, uma maior inserção nesse campo pode despertar percepções relacionadas a diferentes dimensões ambientais e sociais. O autor Fernandes (2023) explica que o turismo com fins ecológicos pode proporcionar uma sensação prazerosa de integração ao meio ambiente e ao conjunto de pessoas que promovem a conservação do local.

No que se refere ao aspecto da educação ambiental, percebe-se que uma parcela reduzida de indivíduos apresenta esse objetivo como principal motivação para vivenciar a atividade, o que pode refletir o perfil social dos participantes, especialmente em razão de seu elevado nível de escolaridade. Nesse sentido, entende-se que, por já possuírem conhecimento acerca das temáticas abordadas pela educação ambiental, os respondentes não a reconhecem como fator central de motivação para a vivência desse tipo de turismo, uma vez que tais questões já se encontram inseridas em seu cotidiano.

Por fim, o gráfico também evidenciou a participação de guias e condutores de observação de cetáceos, para os quais a principal motivação está relacionada ao exercício profissional. Nessa mesma perspectiva, essa motivação pode ser associada ao campo da educação ambiental. Conforme afirma Pinto (2024, p. 20), o turismo de observação “depende de condutores conscientes das relações socioambientais que se estabelecem durante a atividade, capazes de atender ao público com desenvoltura e de transmitir em segurança aos visitantes.” Desse modo, uma condução qualificada e o adequado repasse de informações podem favorecer o desenvolvimento de outras motivações voltadas à conservação dos animais marinhos, bem como estimular maior engajamento nesse segmento turístico, tanto por parte dos profissionais da área quanto dos visitantes.

No que se refere ao viés da expectativa, o questionário indagou os participantes acerca do que esperavam vivenciar durante o avistamento de cetáceos, a fim de compreender a motivação associada às expectativas construídas em relação ao desenvolvimento da atividade.

Gráfico 10 - O que você espera vivenciar durante a observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos? (Pode marcar até duas opções)



Fonte: Autoral (2026)

Com base nisso, o Gráfico 10 demonstra que 62,2% (46) dos indivíduos assinalaram esperar ter contato próximo com a fauna marinha; 60,8% (45) esperam aprender mais sobre os animais e os oceanos; 50% (37) esperam relaxar e aproveitar o ambiente natural; 47,3% (35) esperam refletir sobre a conservação da natureza; e 36,5% (27) buscam realizar fotos e vídeos como forma de recordação. Cabe salientar que a questão apresentava viés de múltipla escolha, permitindo aos participantes assinalar mais de uma alternativa. Assim, a pergunta teve como foco compreender o que os indivíduos esperavam vivenciar durante a observação.

Nesse contexto, nota-se que as expectativas dos participantes ultrapassam o caráter exclusivamente recreativo no turismo de observação de cetáceos, embora mantenham como predominância a busca pela aproximação com os animais marinhos e pelos saberes relacionados ao oceano, demonstrando elevada curiosidade por parte desses indivíduos em relação ao universo marinho. Tal curiosidade, quando correlacionada à educação ambiental, pode despertar reflexões acerca da conservação da natureza (Neiman, 2005).

De modo semelhante, os participantes que indicaram a expectativa de refletir sobre a conservação evidenciam que, para além do interesse pelos animais, há também preocupação com mecanismos que evitem impactos negativos nas regiões em que a atividade ocorre.

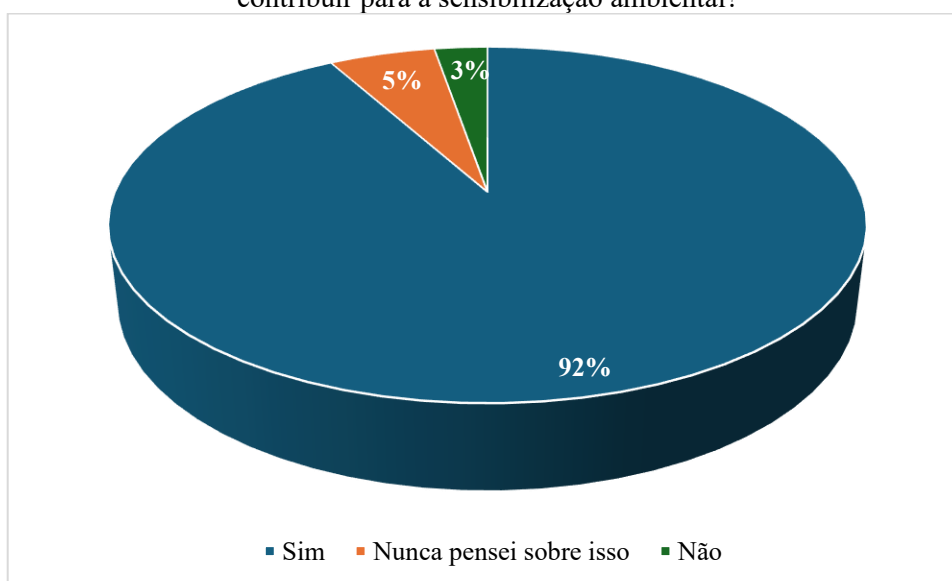
Nessa mesma perspectiva, os indivíduos que assinalaram buscar realizar fotos e vídeos demonstram expectativa de avistar os animais, de modo a suprir o desejo de registrar o momento, bem como de produzir imagens que possam ser compartilhadas posteriormente. A

autor Rabelo (2023) explica que esse processo pode contribuir para o desenvolvimento do *storytelling*, entendido como a arte de contar histórias, por meio do qual é possível criar emoções, estabelecer conexões e transmitir aspectos do destino aos seguidores, a partir da atividade vivenciada.

Nesse sentido, mostra-se pertinente analisar, em pesquisas futuras, se o não avistamento dos cetáceos pode gerar frustração de expectativas e, consequentemente, contribuir para uma possível desvalorização da sensibilização ambiental por parte desses indivíduos.

Com o intuito de analisar se os participantes compreendem os conceitos de sensibilização e educação ambiental, bem como se consideram esse instrumento benéfico para a atividade de observação de cetáceos, foi inserida uma questão específica, da qual se obteve o seguinte dado:

Gráfico 11 - Você acredita que atividade de observação de cetáceos (baleias, golfinhos e botos) pode contribuir para a sensibilização ambiental?



Fonte: Autoral (2026)

O Gráfico 11 demonstra que 91,9% (68) dos participantes acreditam que a atividade de turismo de observação de cetáceos pode contribuir para a sensibilização ambiental, enquanto 5,4% (4) afirmaram nunca ter refletido sobre essa possibilidade e 2,7% (2) consideram que esse tipo de turismo não promove sensibilização.

A partir desses dados, percebe-se que a maior parte dos respondentes reconhece que a observação de cetáceos pode favorecer o desenvolvimento da sensibilização ambiental ao longo da atividade. Esse resultado evidencia que, embora parte dos participantes, conforme indicado no Gráfico 9, não realize a atividade com motivação prioritariamente educacional, ainda assim

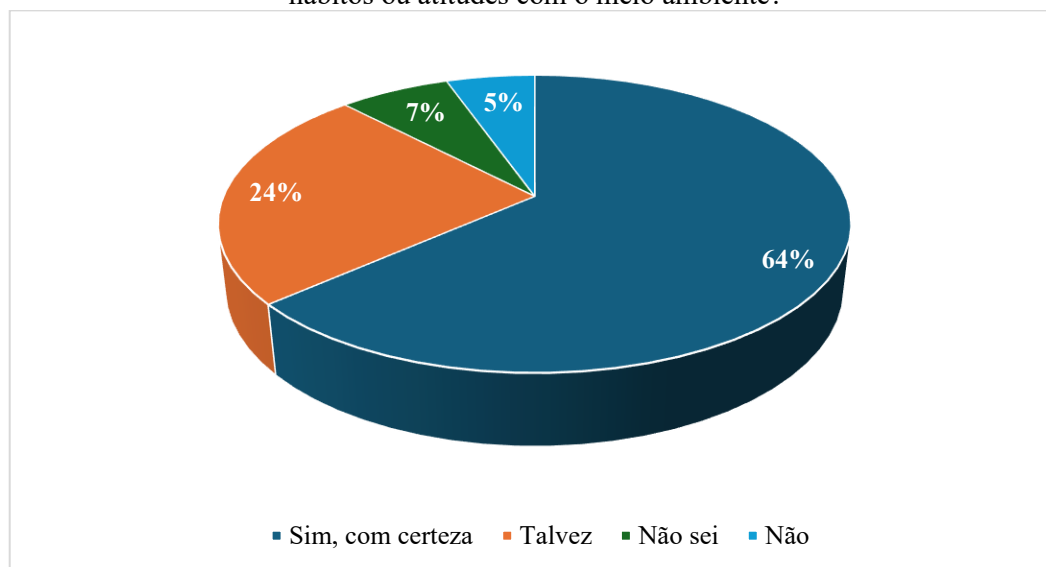
compreende que práticas vinculadas ao ecoturismo possuem, entre seus princípios, a valorização do conhecimento sobre o ambiente no qual se inserem.

Outro aspecto relevante refere-se aos respondentes que afirmaram nunca ter considerado essa hipótese ou que não acreditam no potencial sensibilizador da atividade. Esse grupo pode ser composto por indivíduos que não se identificam propriamente como ecoturistas, mas que buscam a experiência sobretudo como forma de lazer e entretenimento, conforme já discutido na pesquisa e evidenciado no Gráfico 7. Nesse sentido, Fernandes (2025) argumenta que o ecoturismo articulado à educação ambiental pode envolver sujeitos que, embora não se reconheçam como ecoturistas, participam de atividades em áreas naturais e vivenciam experiências ecoturísticas por motivações diversas.

Nessa mesma perspectiva, a sensibilização ambiental não decorre exclusivamente de uma única atividade de observação realizada pelo indivíduo, mas do conjunto de experiências e ações ambientais das quais participa, conforme já discutido por Pacheco (2026). Ainda assim, mesmo diante das respostas obtidas e da constatação de que o público alcançado tende a apresentar predisposição à sensibilização, a análise prática do turismo de observação de cetáceos revela que ainda existe uma parcela de participantes que busca o avistamento sem foco ambiental, não demonstrando interesse central pelo bem-estar das espécies marinhas, mas principalmente pela obtenção de registros fotográficos durante a experiência.

Como desdobramento da questão anterior, buscou-se identificar se tanto os turistas que já realizaram a atividade quanto aqueles que ainda não a vivenciaram poderiam desenvolver mudanças de percepção ambiental a partir da inserção no universo dos cetáceos. Obteve-se, então, o seguinte dado:

Gráfico 12 - Após uma experiência como essa, você acredita que mudaria algo em relação aos seus hábitos ou atitudes com o meio ambiente?



Fonte: Autoral (2026)

No Gráfico 12, 63,5% (47) dos participantes acreditam que, após a experiência de observação, é possível modificar seus hábitos ambientais, enquanto 24,3% (18) consideram que essa mudança talvez possa ocorrer. Por sua vez, 6,8% (5) afirmaram não saber se alterariam suas atitudes ambientais, e 5,4% (4) não acreditam que haveria mudança.

Ao correlacionar os dados dos Gráficos 11 e 12, percebe-se que uma parcela expressiva dos respondentes considera que a observação de cetáceos pode estimular mudanças em ações cotidianas. Nessa perspectiva, a sensibilização configura-se como uma possibilidade para a construção de um pensamento crítico voltado às questões ambientais e à transformação de hábitos (Silva, 2023).

A parcela dos indivíduos que considera que tais mudanças talvez possam ocorrer também merece atenção, pois demonstra que, mesmo diante da incerteza quanto à efetiva alteração de comportamento, há uma tendência à reflexão sobre os impactos gerados em seu cotidiano. Esse processo pode estar relacionado ao papel desempenhado por guias e condutores, cuja função central consiste em mediar a interação dos turistas com a natureza, transmitindo conhecimentos acerca dos cetáceos. Essa mediação envolve não apenas informações sobre aspectos comportamentais e morfológicos, mas também discussões sobre o processo histórico da caça, de modo a esclarecer os participantes acerca das formas de exploração, do sofrimento vivenciado por essas espécies e da permanência dessa prática em alguns países. Assim, a experiência pode contribuir simultaneamente para a sensibilização dos indivíduos e para o fortalecimento da educação ambiental (Conceição, 2025).

Em contrapartida, os indivíduos que indicaram que a atividade não seria capaz de promover mudanças em seus hábitos cotidianos podem corresponder àqueles que, por diferentes motivos, não desenvolveram vínculos afetivos com os animais observados, nem com o ambiente no qual a atividade ocorre. Considerando que as transformações comportamentais tendem a ocorrer de maneira mais consistente quando associadas a crenças, valores e afetos, é possível inferir que a ausência dessa conexão emocional reduza o potencial da atividade como agente de mudança no cotidiano dos participantes.

Nesse sentido, Silva (2025) argumenta que, para o desenvolvimento da educação ambiental com crianças e para a conservação das espécies e de seus habitats, torna-se necessário retomar os vínculos emocionais com o meio natural. Segundo a autora, o ser humano não se mobiliza para proteger aquilo com o qual não estabelece conexão. Essa reflexão pode ser ampliada também para o público adulto, uma vez que a formação ambiental não deve se restringir à infância, mas ser continuamente fortalecida ao longo da trajetória educacional, de modo a favorecer o desenvolvimento dessa afetividade em diferentes fases da vida.

Desse modo, ainda que determinados indivíduos não se sintam sensibilizados, ou não acreditem que a observação de cetáceos seja capaz de provocar mudanças concretas em seu cotidiano, o fato de a experiência suscitar reflexões ou questionamentos sobre o meio ambiente e sobre as espécies marinhas já pode ser compreendido como um primeiro passo em direção a um processo gradual de sensibilização ambiental ao longo do tempo. Com o intuito de aprofundar essa compreensão, elaborou-se uma nuvem de palavras a partir das respostas discursivas relacionadas às perguntas dos Gráficos 11 e 12, a fim de identificar os termos mais recorrentes em suas falas, conforme apresentado a seguir.

equivalente a mais de um caminhão de lixo é despejado nos oceanos, afetando diretamente a fauna marinha.

Nesse sentido, a ampla circulação de notícias e informações em redes de comunicação voltadas à temática ambiental, especialmente aquelas relacionadas à poluição marinha e às mudanças nas condições ecológicas dos oceanos, pode despertar, entre ecoturistas e demais indivíduos interessados em atividades de observação da natureza, maior preocupação com o ambiente e, conseqüentemente, maior disposição para adotar práticas mais responsáveis no contexto em que estão inseridos.

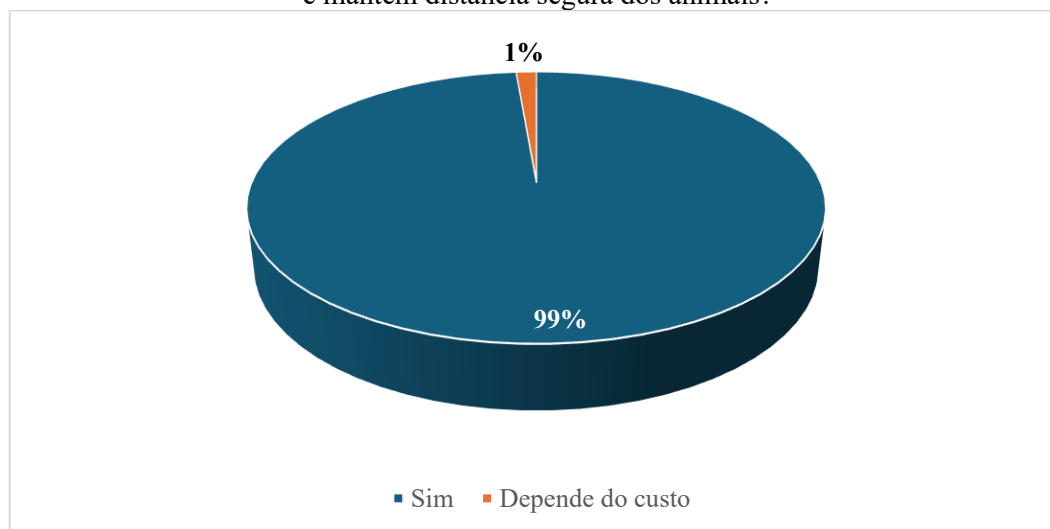
Outro aspecto relevante refere-se ao prévio conhecimento ambiental dos participantes, articulados à inserção da educação ambiental ao longo da formação escolar. Conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), essa dimensão deve estar presente de forma articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Nesse contexto, termos como “preservação”, “conservação” e “reciclagem” fazem parte de um repertório amplamente trabalhado no campo educacional e que tende a ser reforçado em experiências turísticas realizadas em áreas naturais.

Já no contexto específico do turismo de observação de cetáceos, expressões como “Whale Watching”, “biologia”, “turismo de observação”, “golfinhos” e “proteção” evidenciam que os participantes associam a atividade a conhecimentos técnicos, boas práticas de manejo, infraestrutura adequada e condução responsável. Isso demonstra que há, por parte dos respondentes, reconhecimento da importância de contratar empresas comprometidas com a valorização da fauna marinha, com a conservação ambiental e com o bem-estar dos participantes durante a realização da atividade.

De maneira geral, os resultados indicam uma diversidade de associações entre a atividade de observação de cetáceos e conceitos ambientais mencionados pelos participantes. Tal cenário sugere a existência de um repertório prévio de sensibilização ambiental, bem como a percepção de que os hábitos cotidianos podem ser revistos e transformados, a depender da intensidade dos impactos reflexivos e emocionais proporcionados pela experiência de observação.

Já em relação ao bem-estar e conservação dos turistas e dos cetáceos durante a observação, realizou-se uma indagação sobre a disponibilidade em contratar empresas de observação que sigam as boas práticas ambientais estabelecidas pela legislação, e o resultado foi o seguinte:

Gráfico 13 - Você estaria disposto (a) a escolher um operador turístico que respeite normas ambientais e mantém distância segura dos animais?



Fonte: Autoral (2026)

Por meio do Gráfico 13 identificou-se que 98,6% (73) dos participantes salientaram que estariam dispostos a contratar operadores turísticos que respeitam as regras, enquanto 1,4% (1) informaram que escolheria dependendo do custo. Já em relação a não contratar, não houve nenhuma menção.

Diante do gráfico apresentado, verifica-se que, embora alguns participantes tenham afirmado que a atividade não seria capaz de alterar seus hábitos cotidianos, mesmo quando relacionada a dimensões de sensibilização e sustentabilidade, uma parcela significativa manifestou predisposição para contratar operadores turísticos comprometidos com o cumprimento das normas de avistamento. Esse dado sugere que, ainda que nem todos percebam efeitos imediatos da experiência sobre sua rotina, há reconhecimento da importância de práticas responsáveis na condução da atividade, o que revela uma forma indireta de comprometimento com a proteção da fauna.

Ademais, os resultados indicam que a preocupação dos participantes não se restringe ao bem-estar dos animais, mas abrange também aspectos relativos à segurança operacional e à qualidade da infraestrutura empregada. Considerando que a observação de cetáceos ocorre em ambiente marinho, o respeito às normas técnicas e ambientais mostra-se fundamental para a mitigação de riscos, como colisões, acidentes e perturbações aos organismos observados. Desse modo, a valorização de operadores que atuem em conformidade com a regulamentação evidencia o potencial dos turistas como atores sociais capazes de influenciar, ainda que indiretamente, a qualificação da atividade, ao exigir condutas responsáveis e o cumprimento de padrões adequados de operação.

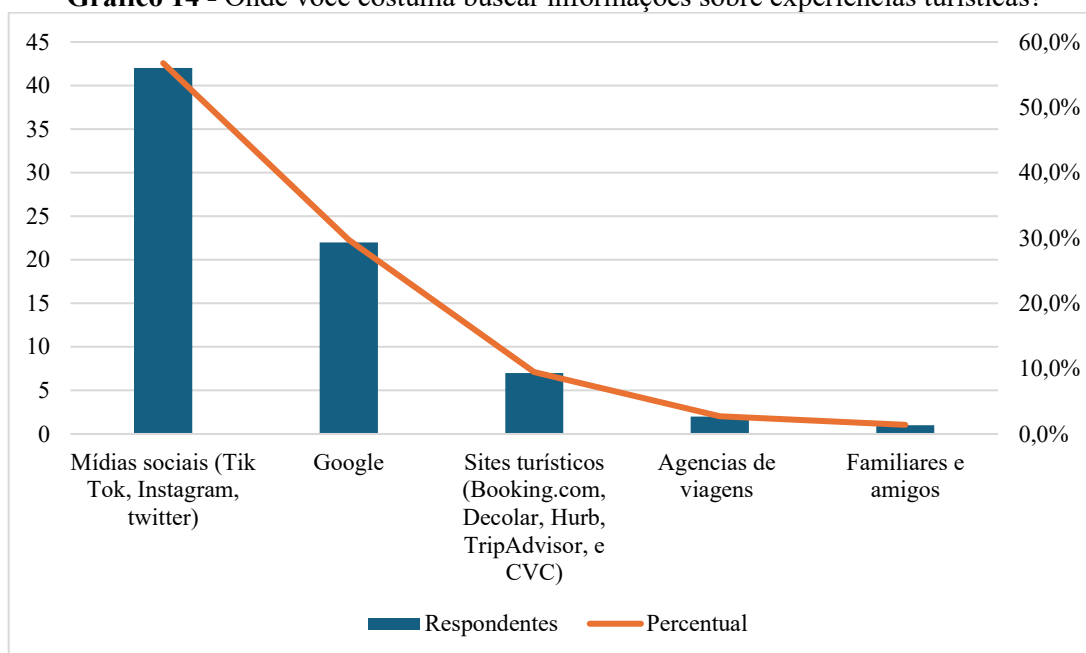
Nessa direção, Fernandes (2025) ressalta que a permanência dos turistas nesses espaços favorece a aquisição de conhecimentos, capacitando-os para atuar de forma individual e coletiva na resolução de problemas ambientais do presente e do futuro. Assim, a vivência proporcionada pelo turismo de observação de cetáceos pode constituir-se não apenas como prática recreativa, mas também como experiência formativa, capaz de ampliar a consciência socioambiental e fortalecer comportamentos orientados pela responsabilidade ecológica.

Acredita-se que turistas engajados, que buscam realizar atividades de observação da natureza ou de ecoturismo em conformidade com a legislação ambiental, tendem a exercer papel fundamental na conservação dos ambientes naturais, na medida em que seu perfil, suas demandas e suas condutas podem fornecer subsídios aos órgãos ambientais para a formulação de normas e diretrizes mais adequadas à realidade dessas práticas.

Em relação ao participante que afirmou que sua decisão dependeria do custo, observa-se que, por ser uma atividade de valor elevado, alguns turistas podem optar por operadoras clandestinas ou por empresas que não seguem as normas de avistamento, por oferecerem serviços mais acessíveis. Contudo, independentemente do valor pago, é fundamental que o turista compreenda a importância do cumprimento dessas normas e exija sua observância, a fim de não comprometer a segurança dos envolvidos e a integridade da fauna.

Ademais, cabe às Secretarias de Turismo, às Secretarias de Meio Ambiente dos municípios e à Marinha do Brasil desenvolver estratégias durante o período de avistamento para orientar os turistas sobre essa prática. Da mesma forma, é necessário intensificar a fiscalização, aplicar multas e promover sinalizações direcionadas às empresas turísticas que não possuam os credenciamentos necessários para a realização da atividade.

Paralelamente, identificar como esses turistas obtêm informações sobre os atrativos turísticos, é de grande importância, pois isso permite correlacionar esses aspectos com o perfil predominante identificado na pesquisa. Nesse sentido, o gráfico a seguir demonstra que:

Gráfico 14 - Onde você costuma buscar informações sobre experiências turísticas?

Fonte: Autora (2026)

O gráfico acima demonstra que 56,8% (42) dos respondentes declararam buscar informações por meio das mídias sociais; 29,7% (22) utilizam a plataforma Google; 9,5% (7) recorrem a sites turísticos; 2,7% (2) buscam informações em agências de viagens; e 1,4% (1) consultam familiares e amigos.

O uso intensivo das mídias sociais pela sociedade contemporânea já vem sendo amplamente descrito e debatido por especialistas. Nesse contexto, observa-se que a população tem recorrido cada vez mais às redes sociais como fonte de informação, especialmente ao TikTok e ao Instagram.

Desse modo, o gráfico evidencia uma realidade já presente no setor turístico: a busca por informações sobre destinos e atividades ocorre, de maneira crescente, por meio de plataformas digitais. A interação dos usuários com essas redes contribui para dar visibilidade a novos destinos, uma vez que os algoritmos passam a recomendar conteúdos com base em interações prévias, interesses demonstrados e métricas de engajamento. Nessa perspectiva, Bastos (2025, p.3) explica que esse fenômeno ocorre porque a exposição contínua dos indivíduos às redes “cria um ciclo de reforço, onde o utilizador é constantemente influenciado por destinos específicos, muitas vezes sem se aperceber do impacto que o algoritmo tem na sua percepção e no desejo de viajar.”

No que se refere à plataforma Google, uma das ferramentas mais utilizadas para pesquisa, observa-se que ela se configura como uma importante aliada dos turistas na busca por

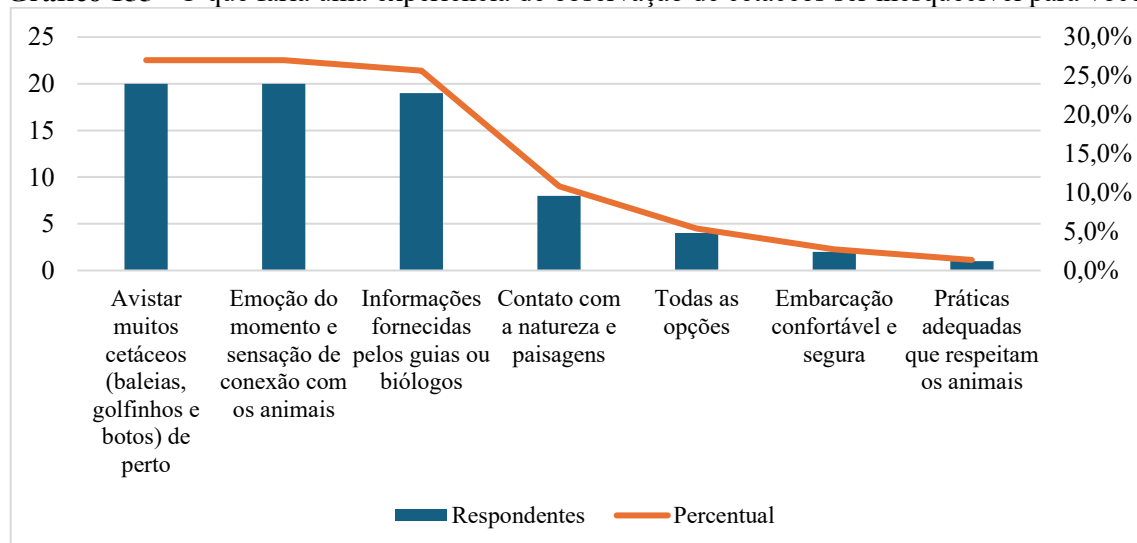
atrativos turísticos. Tal fato ocorre em razão da autonomia desenvolvida pela população para interpretar informações e sanar dúvidas por meio desse mecanismo de busca.

Sob a perspectiva dos sites turísticos e das agências de viagens on-line, os participantes demonstraram utilizá-los com menor frequência. Esse comportamento pode estar relacionado à dinâmica rápida e acelerada que caracteriza o consumo de informações nas mídias sociais, nas quais os conteúdos, em geral, são breves e de curta duração. Nesse viés, Bastos (2025) relata que, embora plataformas como Booking.com, Trivago, entre outras, ainda mantenham relevância em razão da facilidade na comparação de preços, as agências de viagens também têm buscado se atualizar, promovendo seus pacotes turísticos por meio das redes sociais.

Por fim, embora com menor incidência nas respostas, alguns participantes indicaram buscar informações por meio de “outros”, categoria que abrange familiares e amigos. Tal prática evidencia a importância das conexões interpessoais e das opiniões pessoais na avaliação sobre a pertinência do destino e da atividade a ser realizada. Ainda que essa categoria não tenha apresentado elevado número de respostas, não se pode afirmar que esse mecanismo de divulgação tenha deixado de ser utilizado; ao contrário, é possível que ele não seja percebido diretamente como uma estratégia de divulgação de amplo alcance para atividades de observação.

O estudo também buscou identificar o que tornaria essa atividade inesquecível, tendo em vista, que a primeira observação pode trazer diversas emoções e impactos positivos para os turistas, sendo assim, apresenta-se o Gráfico 15 abaixo:

Gráfico 155 - O que faria uma experiência de observação de cetáceos ser inesquecível para você?



Fonte: Autoral (2026)

O Gráfico 15 demonstra que 27% (20) dos participantes consideraram que o momento se tornaria inesquecível ao avistarem muitos cetáceos. Além disso, 27% (20) afirmaram que a experiência seria memorável em razão da emoção da avistagem e da conexão com o ambiente. Outros 25,7% (19) indicaram que o caráter inesquecível da atividade estaria associado aos conhecimentos fornecidos pelos guias e biólogos. Para 10,8% (8), a experiência seria memorável em virtude do contato com a natureza e das paisagens; 4,1% (4) assinalaram todas as opções; 2,7% (2) atribuíram essa percepção à infraestrutura confortável e segura das embarcações; e 1,4% (1) destacaram as práticas adequadas desenvolvidas nessa atividade turística.

Diante desses resultados, percebe-se que a emoção se encontra intimamente associada à observação de cetáceos, uma vez que tais sentimentos tendem a emergir quando os participantes conseguem avistar alguma espécie ao longo da atividade. A busca por essa experiência relaciona-se ao entusiasmo e ao encantamento que esses animais despertam, em função de características como tamanho, coloração, forma e, também, da sensação de pertencimento e integração que a vivência pode proporcionar ao público e à comunidade envolvida. Nessa perspectiva, pode-se recorrer a Hoyt (2001) para fundamentar a relevância da atividade de observação, uma vez que, para o autor:

Em muitos lugares, a observação de baleias proporciona uma renda valiosa, às vezes crucial, para a comunidade, com a criação de novos empregos e negócios.[...] A observação de baleias oferece às comunidades um senso de identidade e um orgulho considerável (Hoyt, 2001, p.146, tradução nossa).

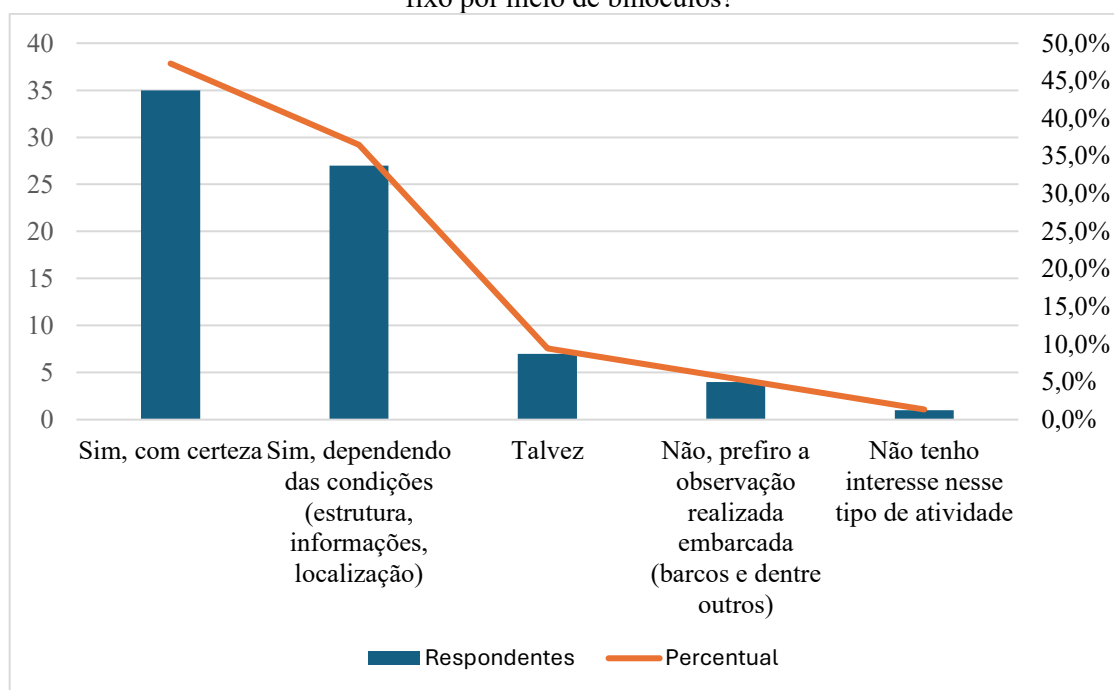
Dessa forma, nota-se que os benefícios da observação de cetáceos ultrapassam barreiras e esferas económicas, pois tende-se a abranger aspectos sociais, culturais e emocionais, tanto para os turistas, quanto para as comunidades envolvidas com esse turismo.

Outro aspecto importante, refere-se aos diferentes elementos que compõem a experiência turística, embora, a avistagem de cetáceos tenha sido apontada de forma relevante, aspectos como a interpretação pelos guias/condutores e biólogos, o contato com a paisagem naturais, a infraestrutura durante a atividade contribui significativamente para a qualidade da atividade, tornando assim, inesquecível.

Nesse sentido, nota-se que a satisfação dos turistas não depende exclusivamente da presença dos animais, mas de um conjunto de fatores que atuam de forma dinâmica, logo, a atividade de observação deve ser bem planejada e estruturada para que a experiência cause impactos positivos ao ponto de retornarem para novas atividades.

Em contraste com o turismo de observação de cetáceos realizado por meio de embarcações e com as motivações a ele associadas, a modalidade de turismo de observação em ponto fixo configura-se como uma alternativa relevante sob a perspectiva da conservação ambiental e da redução dos impactos diretos sobre a fauna marinha. Ademais, essa prática pode favorecer o desenvolvimento de atividades de sensibilização, interpretação e reflexão sobre as dinâmicas dos ecossistemas marinho e terrestre. À vista disso, o presente estudo também procurou analisar a possível aceitação dessa modalidade pelos participantes, cujas respostas obtidas foram as seguintes:

Gráfico 16 - Você realizaria um turismo de observação de baleias, golfinhos e dentre outros em ponto fixo por meio de binóculos?



Fonte: Autoral (2026)

No Gráfico 16, 47% (35) dos participantes afirmaram que realizariam o turismo de observação de cetáceos em ponto fixo. Além disso, 36,5% (27) indicaram que participariam dessa modalidade dependendo da infraestrutura do local; 9,5% (7) responderam que talvez a realizariam; 5,4% (4) informaram que não participariam, por preferirem o turismo de observação de cetáceos realizado de forma embarcada; e 1,4% (1) declararam não ter interesse nesse tipo de atividade.

Os dados permitem inferir que o turismo de observação de cetáceos realizado por terra, em ponto fixo, quando adequadamente estruturado e organizado, pode constituir-se como importante aliado da conservação dos cetáceos, além de representar uma alternativa ao turismo embarcado. Quando implantada em local estratégico, essa modalidade pode gerar impactos

positivos na articulação entre turismo, educação e sensibilização ambiental, favorecendo o desenvolvimento de projetos voltados tanto aos anos iniciais da educação básica quanto ao ensino superior. Ademais, possibilita a transmissão de conhecimentos aos turistas sobre os saberes locais, as dinâmicas ecológicas e as inter-relações entre fauna e flora.

Por outro lado, entre os participantes que indicaram não ter interesse nessa modalidade ou que demonstraram preferência pelo turismo embarcado, observa-se um perfil de turista que busca maior proximidade com os animais. Tal preferência pode estar relacionada às expectativas previamente construídas em torno da experiência, especialmente no que diz respeito ao registro fotográfico e audiovisual. Além disso, outras motivações podem estar associadas a essa escolha, como a vivência de estar em uma embarcação, a experiência de contato com o mar e o desejo de aproximação mais direta com as espécies observadas.

Em linhas gerais, os resultados deste estudo indicam que o turismo de observação de cetáceos pode configurar-se como uma importante ferramenta de sensibilização ambiental, capaz de promover mudanças positivas na percepção e na rotina dos turistas, desde que planejado de forma criteriosa e conduzido de maneira reflexiva. Os resultados também evidenciam que, ainda que a sensibilização não ocorra de forma imediata ou direta em todos os indivíduos, a atividade pode estimular novas reflexões sobre questões ambientais, especialmente entre grupos socialmente menos favorecidos da sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto internacional marcado por desafios crescentes relacionados à conservação da fauna marinha, especialmente dos cetáceos, o turismo de observação de cetáceos vem se consolidando como prática potencialmente estratégica para promover a aproximação entre sociedade e natureza, sobretudo no período posterior à substituição, em diversos países, da lógica extrativista da caça pela valorização turística e conservacionista desses animais. Nesse cenário, os países (Brasil; Argentina; Austrália e dentre outros) que desenvolvem essa atividade têm buscado instituir instrumentos normativos, legais e regulatórios voltados à mitigação de impactos sobre as espécies observadas. Paralelamente, a educação ambiental assume papel essencial, particularmente no Brasil, ao favorecer processos de sensibilização social acerca da importância ecológica dos cetáceos e da necessidade de sua proteção.

Com base nesse panorama, a presente pesquisa buscou compreender, a partir de seu objetivo geral, se o turismo de observação de cetáceos pode configurar-se como ferramenta de

sensibilização ambiental capaz de influenciar os indivíduos na adoção de hábitos mais sustentáveis, bem como os objetivos específicos em identificar o perfil dos turistas interessados nessa prática e a valorização dos animais marinhos, em específicos os cetáceos.

Diante dos resultados obtidos, considera-se que a hipótese da pesquisa foi parcialmente confirmada, os resultados apontaram predominância de participantes jovens, pertencentes majoritariamente às classes econômicas D e E, embora com presença de indivíduos situados em segmentos médios da sociedade brasileira, e com elevado nível de escolaridade, já que grande parte se encontrava cursando o ensino superior ou já o havia concluído. Observou-se, ainda, maior concentração de respondentes oriundos da Região Sudeste, sem representatividade expressiva das demais regiões brasileiras. O que demonstra que mesmo o turismo de observação de cetáceos ainda sendo considerada elitizada, os grupos de classe baixa e média tem buscado cada vez mais sua inserção em atividades de observação, sobretudo o de cetáceos.

Os resultados também evidenciaram a centralidade das redes sociais como principal meio de circulação de informações e de promoção de destinos turísticos entre os jovens, o que reflete tanto os padrões atuais de consumo quanto as estratégias de comunicação adotadas pelo setor turístico. Nesse sentido, as redes sociais podem desempenhar papel relevante não apenas na divulgação da atividade, mas também na disseminação de boas práticas e no fortalecimento de uma cultura de conservação associada ao turismo de observação de cetáceos.

Adicionalmente, os participantes demonstraram já possuir certo grau de sensibilização ambiental, possivelmente relacionado ao contato prévio com atividades ecoturísticas e ao nível de formação do grupo. No tocante ao potencial transformador da atividade, os dados sugerem abertura para a reflexão sobre mudanças cotidianas e para a adoção de práticas mais sustentáveis.

Esse potencial transformador pode estar diretamente ligado ao meio que esses indivíduos estão inseridos como dito durante a pesquisa, mas também demonstra a importância de se trabalhar a educação ambiental em todas as esferas sociais. Demonstrando que para além da educação ambiental com viés educacional estabelecida nas escolas e universidades, esse contato em momentos de lazer e viagem é de grande valia para mudanças e reflexões, em específico para indivíduos que tem limitações de estar inserido sempre na fauna e flora. Logo, percebe-se que é primordial o turismo de observação de cetáceos continuar desempenhando uma atividade turística para além da contemplação marinha.

Por outro lado, como a pesquisa não acompanhou os indivíduos após a vivência direta da observação, não foi possível comprovar se tais disposições se converteriam, de fato, em mudanças comportamentais concretas. Ainda assim, os resultados indicam que fatores como a

emoção associada à observação, a qualidade da mediação realizada pelos condutores, a infraestrutura disponível e a condução responsável da atividade podem contribuir tanto para a construção de experiências marcantes quanto para o fortalecimento de valores conservacionistas. Nessa perspectiva, o turismo de observação de cetáceos revela-se potencialmente capaz de articular lazer, conhecimento, sensibilização e responsabilidade ambiental.

No aspecto da atividade de observação de cetáceos no mecanismo de valorização desses animais, percebe-se que os participantes demonstram ter esse afeição e encanto antes mesmo de realizar a atividade turística. Essa ligação além de articular com as emoções, pode interligar diretamente com as responsabilidades ambientais que esses indivíduos possam desempenhar após a atividade de observação de cetáceos, igualmente destacadas por meio das palavras chaves ditas na nuvem de palavras. Logo, a valorização desses animais pode ocorrer, mas também traz a valorização da fauna marinha no geral, tendo em vista que a observação tende a trazer possibilidade de contemplação de outros animais, desempenhando assim laços, conhecimentos e reflexões.

No que se refere às limitações do estudo, destaca-se o fato de a coleta de dados ter ocorrido por meios virtuais, o que dificultou o alcance de turistas em situação efetiva de experiência, especialmente durante o período de maior incidência da atividade, entre maio e setembro. Tal condição limitou a análise dos efeitos imediatos da observação sobre os participantes e da atuação dos condutores como mediadores da sensibilização ambiental.

Em razão disso, recomenda-se que pesquisas futuras sejam realizadas em campo, junto aos turistas das principais regiões litorâneas brasileiras onde a atividade se concentra, de modo a investigar as percepções construídas após a experiência, os conhecimentos efetivamente apropriados e as possíveis mudanças de atitude relacionadas à conservação dos cetáceos e dos ecossistemas marinhos.

Assim, conclui-se que o turismo de observação de cetáceos possui relevante potencial como instrumento de sensibilização ambiental, ao favorecer a aproximação entre indivíduos e natureza, estimular reflexões sobre conservação e reforçar a responsabilidade compartilhada diante dos ecossistemas marinhos. Espera-se, assim, que este trabalho contribua para o avanço das discussões acadêmicas sobre o tema e para o fortalecimento de práticas de observação comprometidas com os princípios da sustentabilidade.

Por fim, a realização do trabalho de conclusão de curso também representou um importante processo de crescimento acadêmico e pessoal, no qual fortaleceu o interesse pelas

áreas de conservação marinha, ecologia e educação ambiental, bem como o desejo de contribuir futuramente para novas pesquisas voltadas à conservação da biodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (Brasil). **Anac publica dados tarifários do mês de abril**. Brasília, DF: ANAC, 20 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2026/anac-publica-dados-tarifarios-do-mes-de-abril>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero; SILVA, Célia Regina de Souza Felipe. Cultura de consumo e capitalismo de vigilância: o comportamento de compra através da plataformização digital. **Sociedade e Cultura**, v. 28, 2025.

AMAZONAS. Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução CEMAAM n.º 28, de 22 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para o exercício da atividade de interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*) no estado do Amazonas. Manaus: CEMAAM, 2018. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br/wpcontent/uploads/2024/03/28.-RESOLUCAO-N-28-INTERACAO-COM-BOTOS-VERMELHOS.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

AVISTAMENTO de baleias bate recorde no Litoral Norte de SP. **G1**, 16 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/08/16/avistamento-de-baleias-bate-recorde-no-litoral-norte-de-sp.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BARRETO, Ednéia Deodato dos Santos; SANTOS, Marcos César de Oliveira. **Conhecendo as baleias e os golfinhos**. Ubatuba, SP: Entremarés, 2023.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

BASTOS, Ana Carolina. O papel das redes sociais no turismo: somos nós que escolhemos o destino ou é ele que nos escolhe? **The Trends Hub**, v. 1, n. 5, 2025.

BENI, Mario Carlos. Turismo: volatilidade da demanda e diversificação da oferta. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 1, p. 170-193, 2009.

BETTI, Patrícia; ABACH, Valéria de Meira; ESTADES, Naina Pierri. Turismo de observação de cetáceos: recomendações ao Parque Nacional do Superagui (PR, Brasil). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 1, p. 9-27, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria nº 117, de 26 de dezembro de 1996**. Normatiza a atividade de turismo de observação de baleias nas águas jurisdicionais brasileiras. Brasília, DF: IBAMA, 1996. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para atualizar e modernizar suas disposições, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987.** Proíbe a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 90 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia para mulheres que viajam sozinhas.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2026. 72 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/mulheres-viajam-sozinhas_digital_05-1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Homens desejam viajar mais que as mulheres.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/homens-desejam-viajar-mais-que-as-mulheres>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 1: Sensibilização.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 170 p.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **ID Jovem completa 10 anos com novo site e recorde de 1,4 milhão de beneficiários.** Brasília, DF: Secretaria-Geral, 10 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/outubro/id-jovem-completa-10-anos-com-novo-site-e-recorde-de-1-4-milhao-de-beneficiarios>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PETERLE, Pilsen Ca'lí da Costa; OLIVEIRA, Rafael Granvilla de; ZAPPES, Camilah Antunes. Percepção de stakeholders sobre o turismo de whale watching no Sudeste do Brasil: desafios, inclusão e governança. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 14, n. 2, 2025.

CASTELLUCCI, Wellington. Fronteiras oceânicas: baleação e ambiente marinho na era do capitalismo industrial, 1740-1850. **Tempo**, v. 28, n. 1, p. 220-237, 2022.

COMISSÃO INTERNACIONAL DA BALEIA. **Convenção Internacional para a Regulamentação da Caça às Baleias, 1946.** 1993.

CONCEIÇÃO, Fábio Pereira da; FILGUEIRA, Carlos Henrique Marinho dos Santos; GROCH, Karina Rejane; BRAGA, Eline Pires Renault; VIDAL, Marcelo Derzi. Conhecimentos e percepções de guias e condutores sobre a observação de baleias-franca na APA da Baleia Franca, SC. **Turismo e Sociedade**, v. 18, n. 1, 2025.

DOMIT, C.; AZEVEDO, A. F.; MEIRELLES, A. C. O. et al. **Inia geoffrensis**. Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade – SALVE. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 2023. Disponível em: <https://salve.icmbio.gov.br>. DOI: <https://doi.org/10.37002/salve.ficha.14491.2>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA JUNIOR, José Martins da. Turismo de observação de mamíferos aquáticos: benefícios, impactos e estratégias. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 2, 2017.

SILVA, Fabrícia Souza da; GARCIA, Patricia Helena Mirandola; SOUZA, Kellyson Silva de. Espaços educativos não formais amazônicos: um lugar de encontro entre a criança e a natureza. **Revista Ciência Geográfica**, v. 29, n. 1, 2025.

SILVA, Marcos Adriano Rodrigues da; BARROS, Luciano Cintrão. Caracterização do perfil socioambiental dos visitantes da Serra da Fumaça em Pindobaçu (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 1, 2023.

SOUSA, Diogo de. A economia política do turismo. **Ateliê do Turismo**, v. 7, n. 2, p. 260-280, 2023.

MELO, Raquel Lima de; AURIANI, Márcia. O impacto das mídias sociais: como as redes sociais influenciam o comportamento do consumidor de turismo. **Arte** **21**, v. 18, n. 1, p. 81-101, 2022.

OLIVEIRA, Luiza Pasqualotto de; JESUS, Djanires Lageano Neto de; OSÓRIO, Neila Barbosa; CAMPELO JUNIOR, Marcos Vinicius. Ecoturismo e qualidade de vida na maturidade: receita para longevidade dos extensionistas na UMA/UEMS. **Revista Pantaneira**, v. 26, 2025.

PEREIRA, Mayra Carvalho de Souza; FERRAZ, José Maria Gusman. Educação ambiental voltada para a participação social em espaços não formais. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 29, n. 3, p. 1-25, 2024.

BATISTA, Franciane Gleice do Nascimento; DANTAS, Andréa Virgínia Sousa; SANTOS, Adriana Melo; SILVA, Michel Jairo Vieira da; LANZARINI, Ricardo. Empoderamento feminino: a experiência da mulher no ecoturismo e no turismo de aventura no RN. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 2, 2024.

SANTOS, Roger Lima dos; DENKEWICZ, Patrícia. Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, Rosana (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 4, 2024.

FERNANDES, Laura Mary Marques; SILVA, Edson Vicente da; SCHMITZ, Thomas; MULATO, João Victor. Ecoturismo e educação ambiental como indutores do desenvolvimento sustentável. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 14, n. 4, p. 344-359, 2025.

FERNANDES, Rafael Ferreira; FREITAS, Almir Xavier. A importância das atividades ecoturísticas no Brasil: uma forma de desenvolvimento socioeconômico. **Open Science Research X**, v. 10, p. 1398-1415, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Christianne Luce. O lazer como fundamento do direito ao turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 19, p. e-3124, 2025.

GOMES, Rosany Rossi Pereira. **Turismo de observação de cetáceos no Brasil**. 2021. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021.

GOMES, Rosany Rossi Pereira; LUNARDI, Vitor de Oliveira; LUNARDI, Diana Gonçalves. Turismo de observação de cetáceos no Brasil. **Sustainability in Debate**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 139-155, ago. 2022.

HOYT, Erich. **Whale watching 2001: worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits**. Yarmouth Port: International Fund for Animal Welfare, 2001. 158 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 9 jun. 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Visitação recorde em unidades de conservação injeta R\$ 20 bilhões no PIB e gera mais de 332 mil empregos**. Brasília, DF: ICMBio, 8 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/visitacao-recorde-em-unidades-de-conservacao-injeta-r-20-bilhoes-no-pib-e-gera-mais-de-332-mil-empregos>. Acesso em: 9 jun. 2026.

IRVING, Marta de Azevedo; CALABRE, Lia; BARTHOLO, Roberto; LIMA, Marcelo A. G. de; MORAES, Edilaine Albertino de; EGREJAS, Marisa; LIMA, Deborah Rebello (org.). **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

JACOBINA, Ana Maria Souza. **Os cetáceos**. 2000. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Faculdade de Ciências da Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2000. Disponível em: Repositório UniCEUB. Acesso em: 2 jun. 2026.

KUNDLATSCH, Cesar; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Turismo em áreas naturais: uma perspectiva para a educação ambiental. **Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, v. 9, 2015.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier;

CASTRO, Ronaldo Souza de (org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book.

MACHADO, Francisco Junior. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, v. 7, n. 1, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

MARTINS, Lucas Garcia; SILVA, Mikaele da; SOUZA, Adrielen Ferreira; CARVALHO, Breno. Distribuição espacial de avistamentos de baleias jubarte *Megaptera novaeangliae* (Borowski: 1781) (Cetacea: Balaenopteridae) na zona costeira do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e109111032463, 2022.

MCNAUGHT, Carmel; LAM, Paul. Using Wordle as a supplementary research tool. **The Qualitative Report**, v. 15, n. 3, p. 630-643, 2010.

MINASI, Sarah Marroni; MAYER, Verônica Feder; SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2494, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, Adriana Vieira de; LUNA, Fábila de Oliveira; SOUSA, Glaucia Pereira de; FRUET, Pedro Friedrich; ZANONI, Solange Aparecida. **Guia ilustrado de identificação de cetáceos e sirênios do Brasil: ICMBio/CMA**. 2. ed. Brasília, DF: ICMBio/CMA, 2020. 72 p.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms em pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 372-380, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443316/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NEW ZEALAND. Department of Conservation. **Sharing our coasts with marine mammals**. Wellington: Department of Conservation, [2026?]. Disponível em: <https://www.doc.govt.nz>. Acesso em: 9 jun. 2026.

NUNES, Gabrielle Abreu; SOLDADO, Emerson Barão Rodrigues; LINDENKAMP, Teresa Cristina Magro. Observar a natureza pode melhorar o bem-estar humano? Oportunidades para o ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 1, p. 83-98, 2025.

OLIVEIRA, Bruna Sales de. **Os efeitos da poluição sonora sobre o comportamento dos cetáceos**. 2024.

PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa; TEIXEIRA, Simone Ferreira; SOUZA, Kellyson Silva de et al. **Sustentabilidade e educação ambiental: os impactos da Lei 9.795/99 sobre a sensibilização ecológica e conservação ambiental.** *Veredas do Direito*, v. 23, n. 6, p. e235805, 2026.

PARSONS, E. C. M. The negative impacts of whale-watching. **Journal of Marine Biology**, v. 2012, p. 1-17, 15 ago. 2012. DOI: 10.1155/2012/807294. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2012/807294>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PINTO, Nayane Rossetti; COTES, Marcial; LUCENA, Emerson Antonio Rocha Melo de. Observação de baleias em Itacaré e Ilhéus: a presença do ensino não formal de biologia na condução de visitantes. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 2, p. 1-26, 2024.

PORTUGAL. Região Autónoma dos Açores. Assembleia Legislativa Regional. **Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A, de 22 de março**. Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de março, que disciplina as actividades de observação de cetáceos nos Açores. Lisboa: Diário da República, n.º 69/2003, Série I-A, 22 mar. 2003. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/10-2003-217369>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Poluição plástica**. Nairóbi: PNUMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unep.org>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PROJETO FRANCA AUSTRAL. **A matança**. Imbituba, SC: Instituto Australis, [s.d.]. Disponível em: <https://baleiafranca.org.br/a-baleia/a-matanca/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PROJETO FRANCA AUSTRAL. **Aplicativo do ProFRANCA: conecte-se às baleias de onde estiver**. Imbituba, SC: Instituto Australis, 15 set. 2021. Disponível em: <https://baleiafranca.org.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

RABELO, Nathalya. A imagem do destino turístico como ferramenta dos influenciadores digitais. **Turismo, Sociedade & Território**, v. 5, n. 1, 2023.

SANTA CATARINA. Procuradoria Geral do Estado. **Justiça Federal libera turismo embarcado de observação de baleias em Santa Catarina**. Florianópolis: PGE/SC, 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.pge.sc.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SANTOS, Marcos César de Oliveira. **Orca é baleia ou golfinho? As perguntas mais comuns sobre os cetáceos finalmente respondidas**. [S. l.: s. n.], 2022.

SANTOS, Marcos César de Oliveira. **Baleias e golfinhos no litoral paulista: histórias que contam uma bela história**. [S. l.: s. n.], 2021. 320 p.

SANTOS, Marcos César de Oliveira. **Baleias e golfinhos**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SANTOS, Marcos César de Oliveira. **História de vida, ecologia e conservação de cetáceos**. 2025.

SILVA, Gheizon Raunny; SILVA, Maria Cristina Basilio Crispim da; MELO, Gabrielle Moraes de. Educação ambiental não formal: a utilização de mídias sociais como forma de

disseminação de tecnologias socioambientais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 3, p. 244-258, 2022.

OPENAI. **ChatGPT** (modelo GPT-5.5). Utilizado como ferramenta de apoio para elaboração da nuvem de palavras. Disponível em: <https://chatgpt.com>. Acesso em: 26 jun. 2026.

SOCIETY FOR MARINE MAMMALOGY. Committee on Taxonomy. **List of marine mammal species and subspecies**. [S. l.]: SMM, 2026. Disponível em: <https://marinemammalscience.org/science-and-publications/list-marine-mammal-species-subspecies/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SPANHOLI, Maira Luiza; BORGES, Leonardo Hasenclever de Lima; CAMARGO, Eduardo Freitas Moraes de; PALAZZO JUNIOR, José Truda; CIPOLOTTI, Sérgio Ricardo Cardoso. Valor econômico da observação de baleias: um estudo na Praia do Forte (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 1, p. 153-179, 2025.

SPAOLONSE, Eduardo; MARTINS, Suzana da Silva de Oliveira. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, 2016.

STEFFENS, Nicole; BARTH, Mauricio. Viajando através das redes: uso e influência das redes sociais no planejamento de viagens turísticas. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 16, n. 1, p. 4, 2022.

TAVARES, Tamires. **Meio ambiente cresce como preocupação entre os jovens e atinge novo patamar**. Sou Ciência, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/destaques/sociedade-fala/meio-ambiente-cresce-como-preocupacao-entre-os-jovens-e-atinge-novo-patamar>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VIDAL, Marcelo Derzi; PAIM, Fernanda Pozzan; MAMEDE, Simone. Diversidade, desafios e potencialidades do turismo com mamíferos na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 15, n. 2, 2022.

VIEIRA, Nina. Desvendando as baleias do Brasil, fantasmas na história global da baleação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 19, n. 2, p. e20230021, 2024.

VIVA INSTITUTO VERDE AZUL. **Home**. [S. l.]: VIVA Instituto Verde Azul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.viva.bio.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

YORK, Richard. Por que o petróleo não salvou as baleias. **Socius**, v. 3, p. 2378023117739217, 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO: TURISMO DE OBSERVAÇÃO DA VIDA MARINHA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1- Qual é a sua idade?

- ☐ 18 a 30 anos.
- ☐ 31 a 41 anos.
- ☐ 42 a 52 anos.
- ☐ 53 a 64 anos.
- ☐ Mais de 65 anos.

2- Qual seu gênero?

- ☐ Feminino.
- ☐ Masculino.
- ☐ Não Binário.

3- Qual seu nível de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental Completo.
- ☐ Ensino Médio Incompleto.
- ☐ Ensino Médio Completo.
- ☐ Ensino Superior em andamento.
- ☐ Ensino Superior Completo.
- ☐ Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

4- Qual sua faixa de renda mensal?

- ☐ Até 1 salário mínimo (R\$ 1.412).
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.413 a R\$ 2.824).
- ☐ De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 2.825 a R\$ 5.648).
- ☐ Acima de 4 salários mínimos.

5- Qual região você reside?

- ☐ Norte.

☐ Nordeste.

☐ Sul.

☐ Sudeste.

☐ Centro-oeste.

6- Com que frequência você viaja por lazer?

☐ 1 a 2 vezes ao ano.

☐ 2 a 4 vezes ao ano.

☐ 4 ou mais vezes.

7- Você costuma visitar áreas naturais ou participar de atividades de ecoturismo?

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

8- Você já participou de alguma atividade de observação de baleias, golfinhos ou outros cetáceos?

☐ Sim

☐ Não

9- Qual seria sua principal motivação para participar de uma atividade de observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos?

☐ Lazer

☐ Contato com a natureza

☐ Interesse em animais marinhos

☐ Educação ambiental

☐ Outro:

10 - O que você espera vivenciar durante a observação de baleias, golfinhos e outros cetáceos? (Pode marcar até duas opções)

☐ Aprender mais sobre os animais e o oceano

☐ Ter contato próximo com fauna marinha

☐ Refletir sobre a conservação da natureza

☐ Fazer fotos/videos para a recordação

☐ Relaxar e aproveitar o ambiente natural

11- Você acredita que atividades de observação de cetáceos (baleias, golfinhos e botos) podem contribuir para a sensibilização ambiental?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Nunca pensei sobre isso

12 - Após uma experiência como essa, você acredita que mudaria algo em relação aos seus hábitos ou atitudes com o meio ambiente? *

- ☐ Sim, com certeza
- ☐ Talvez
- ☐ Não sei
- ☐ Não

13 - Se a resposta for sim, o que mudaria para você?

14- Você estaria disposto (a) a escolher um operador turístico que respeite normas ambientais e mantem distancia segura dos animais?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Depende do custo

15 - Onde você costuma buscar informações sobre experiências turísticas?

- ☐ Mídias sociais (Tik Tok, Instagram, twitter)
- ☐ Sites turísticos (Booking.com, Decolar, Hurb, TripAdvisor, e CVC)
- ☐ Google
- ☐ Agências de Viagens
- ☐ Familiares ou Amigos

16- O que faria uma experiência de observação de cetáceos ser inesquecível para vocês?

- ☐ Informações fornecidas pelos guias ou biólogos.
- ☐ Contato com a natureza e paisagens.
- ☐ Embarcação confortável e segura.
- ☐ Emoção do momento e sensação de conexão com os animais.

- ☐ Avistar muitos cetáceos (baleias, golfinhos e botos) de perto.
- ☐ Outro:

17 - Você realizaria um turismo de observação de baleias, golfinhos e dentre outros em ponto fixo por meio de binóculos?

- ☐ Sim, com certeza.
- ☐ Sim, dependendo das condições (estrutura, informações, localização).
- ☐ Talvez.
- ☐ Não tenho interesse nesse tipo de atividade.
- ☐ Não, prefiro a observação realizada embarcada (barcos e dentre outros).